

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
COLEGIADO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**LUCCIANO GALLIANO GUIMARÃES RODRIGUES**

**A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO CONTINENTE AFRICANO VIA UNIÃO  
AFRICANA**

**MACAPÁ-AP  
2014**

**LUCCIANO GALLIANO GUIMARÃES RODRIGUES**

**A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO CONTINENTE AFRICANO VIA UNIÃO  
AFRICANA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

**Orientadora: Prof. MSc. Lourene de  
Cássia Alexandre Maffra**

**MACAPÁ-AP**

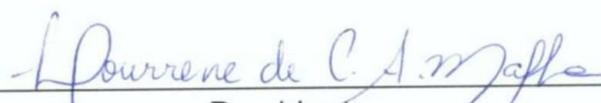
**2014**



## ATA DE EXAME DE DEFESA

Aos décimo quinto dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, na Sala M3, do bloco M, desta Universidade, às 10 horas e 0 minutos, reuniu-se a Banca Examinadora indicada pelo Programa de Graduação do Curso Bacharelado em Relações Internacionais, composta por: Profa. MSc. Lourrene de Cássia Alexandre Maffra, orientadora do trabalho e presidente da banca, Profa. MSc. Camila Soares Lippi e Profa. MSc. Paula de Carvalho Bastone. A reunião teve por objetivo julgar o trabalho do estudante **LUCCIANO GALLIANO GUIMARÃES RODRIGUES**, sob o título: "A Inserção Internacional do continente africano via União Africana." Os trabalhos foram abertos pela professora MSc. Lourrene de Cássia Alexandre Maffra. A seguir foi dada a palavra ao estudante para apresentação do trabalho. Cada examinadora arguiu o examinando, com tempos iguais de arguição e resposta. Terminadas as arguições, procedeu-se o julgamento do trabalho, concluindo a Banca Examinadora por sua Aprovação (aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação). Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Macapá-AP, 15 de dezembro de 2014.

  
Presidente

  
Membro-Titular

  
Membro-Titular

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

337.16  
R696i

Rodrigues, Lucciano Galliano Guimarães.

A inserção internacional do continente africano via união africana / Lucciano Galliano Guimarães Rodrigues; orientadora, Lourrene de Cássia Alexandre Maffra. -- Macapá, 2014.

70 p.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais.

1. Influência internacional. 2. África – Integração econômica. I. Maffra, Lourrene de Cássia Alexandre, (orient). II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais que apesar de todas as incertezas que podiam vir no decorrer de minha vida sempre estiveram ao meu lado.

A minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Lourrene Maffra que com seus conhecimentos e paciência me conduziu desde a IC até a finalização deste trabalho.

Aos amigos feitos no decorrer da graduação e que fizeram os anos passarem mais rápido com a alegria e as risadas que demos ao longo do nosso tempo de convivência.

Aos professores por todos os conhecimentos perpassados nesses intensos e velozes anos na universidade.

Por último, mas não menos importante, a Deus por toda a força e coragem proporcionada para o encerramento de mais essa etapa de minha vida.

É hoje evidente que a herança africana marcou, mais ou menos segundo as regiões, as maneiras de sentir, pensar, sonhar e agir de certas nações do hemisfério ocidental. Do sul dos Estados- Unidos ao norte do Brasil, passando pelo Caribe e pela costa do Pacífico, as contribuições culturais herdadas da África são visíveis por toda parte; em certos casos, inclusive, elas constituem os fundamentos essenciais da identidade cultural de alguns dos elementos mais importantes da população.

(M. Amadou – Mahtar M’Bow)

## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo avaliar as ações realizadas pela União Africana de forma a intensificar a inserção internacional do continente africano. Para tal se recorre a um apanhado histórico geral da forma como foi construído o processo de integração regional africano, seus acertos e fracassos, bem como as ações para um fortalecimento da integração regional no continente. Utilizar-se-ão também as teorias do pan-africanismo, African Renaissance e pós-colonialismo para entender as ações que a União Africana tem para a inserção internacional da África. Por último será realizada uma análise de documentos que comprovem a participação africana em fóruns internacionais com vista a medir a influência que a União Africana tem para a imagem internacional do continente africano.

Palavras-chave: Influência internacional; Integração; África.

## **ABSTRACT**

This work has the objective to evaluate the actions executed by African Union to intensify the international insertion of the African continent. For it, we appeal to an overall historical summary of the way as the African regional integration process has been built, its successes and its failures, as well as the actions to a strengthening of the regional integration in the African continent. It will also be used the theories of pan-africanism, African Renaissance and post-colonialism to understand the actions African Union has to the international insertion of Africa. For last, an analysis of documents that prove the African participation in international forum will be executed, in order to measure the influence African Union has to the international image of African continent.

**Key-words:** International influence; Integration; Africa.

## **LISTA DE TABELAS, ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS**

Tabela 1. Participação africana nas Reuniões Ministeriais da OMC

Tabela 2. Tabela 2 - Participação africana nas Assembléias Mundiais de Saúde da OMS

Figura 1: Top 10 dos países subsaarianos que mudaram sua posição no IDH de 2000-2011

Gráfico 1: Comparação do crescimento econômico entre a África subsaariana e o resto do mundo

Gráfico 2: Redução da pobreza per capita

## LISTA DE SIGLAS

01. OUA- Organização da Unidade Africana
02. UA - União Africana
03. OMC- Organização Mundial do Comércio
04. BM - Banco Mundial
05. OMS - Organização Mundial de Saúde
06. ONU -Organização das Nações Unidas
07. CECA - Comunidade Européia do Carvão e do Aço
08. MPLA - Movimento Popular para a Libertação de Angola
09. FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola
10. UNITA - União para a Independência Total de Angola
11. LPA - Lagos Plan of Action
12. CEA - Comunidade Económica Africana
13. CER'S - Comunidades Económicas Regionais
14. PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
15. MDM - Metas de Desenvolvimento do Milénio
16. IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
17. CUA - Comissão da União Africana
18. UNDPI - United Nations Department of Public Information
19. LLDC - Landlocked Developing Countries
20. UNECA- United Nations Economic Commission for Africa
21. AfDB - African Development Bank
22. NEPAD - New Partnership for African Development
23. BRIC'S - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
24. COMESA - Common Market for Eastern and Southern Africa
25. AUA - Assembléia da União Africana

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 OUA E UA: UM HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA .....	15
1.1 PRIMEIROS CONTATOS COM A EUROPA E IMPERIALISMO NA ÁFRICA .....	15
1.2 PÓS-GUERRA FRIA E INÍCIO DA INTEGRAÇÃO AFRICANA .....	18
1.3 AJUSTES E MUDANÇAS NA INTEGRAÇÃO: FIM DA OUA E INÍCIO DA UA...21	
2. APORTES TEÓRICOS SOBRE A INTEGRAÇÃO AFRICANA.....	27
2.1 VISÃO PAN-AFRICANISTA.....	26
2.1.1 O pan-africanismo e suas ações para a unidade africana .....	30
2.2 VISÃO DO <i>AFRICAN RENAISSANCE</i> .....	32
2.2.1 African Renaissance e a construção da UA .....	34
2.3 VISÃO PÓS-COLONIALISTA .....	36
2.3.1 Análise pós-colonialista da União Africana.....	40
3 INFLUÊNCIA AFRICANA NO CENÁRIO INTERNACIONAL.....	42
3.1 ATUAÇÕES DO PNUD.....	42
3.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO: NOVAS POSSIBILIDADES E <i>AID-FOR-TRADE</i> .....	47
3.3 OMS: UM BREVE BALANÇO DA OMS NA ÁFRICA.....	50
3.4 PARTICIPAÇÃO INTERNACIONAL AFRICANA E O PAPEL DA UA.....	51
3.4.1 Participação africana na OMC .....	53
3.4.2 Participação africana na OMS.....	56
3.4.3 Participação africana na ONU .....	60
3.4.4 Banco Mundial e a participação do continente africano.....	60
3.5 AVALIAÇÕES DA UA COMO ENTE DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DA ÁFRICA.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	69

## INTRODUÇÃO

Um dos temas mais debatidos na atualidade é sem dúvidas a integração regional, especialmente pela atual configuração do sistema internacional, onde a luta pela influência nas decisões que afetarão os rumos da política internacional é acirrada e apenas os mais fortes terão voz e opinião para ditar como esses passos ocorrerão.

A partir do fim da Guerra Fria e com a emergência de novos temas para a agenda de relações internacionais, decorrente de uma maior dessecuritização da mesma, o espaço para matérias como meio ambiente, relações de gênero, cultura e cooperação emergiram para intensificar o debate em fóruns de organizações internacionais dedicadas a procurar soluções nos campos em que atuavam.

Com a integração regional não foi diferente, apesar do primeiro acerto na pré-história da integração regional ter ocorrido na Europa no final da primeira metade do século XX, dando origem ao embrião do caso de maior sucesso em um processo de integração, a União Européia. Com o fim da Guerra Fria a gerar um novo sentimento e fôlego para o processo de integração regional, que com o sucesso do seu empreendimento na Europa teve o seu alcance aumentado para outras regiões do mundo como a América Latina, Ásia e a África.

Com relação ao continente africano, as conversas para o início de um processo de integração regional foram pautadas pelos embates entre os grupos de Casablanca e Brazzaville, sendo os mesmos formados por países anglófonos e francófonos respectivamente, que discordavam da forma como o processo de integração deveria ser conduzido e posto em prática no continente africano.

Apesar das desavenças existentes entre os dois grupos a Organização da Unidade Africana (OUA), entrou em vigor no ano de 1963, onde chefes de Estados de 33 países independentes do continente assinam a Carta da OUA, documento que regulava os direitos e deveres que os Estados e a organização tinham para que se alcançasse o sucesso da integração na África.

Uma série de acontecimentos internos e externos ao continente africano, no entanto, demonstraram a ineficiência da OUA em manter o mínimo de coesão entre os Estados, dessa forma comprometendo todo o processo de integração que havia se construído no continente africano.

Porém, a integração ainda não havia alcançado o seu ápice na África e no ano de 2002, 53 países reúnem-se mais uma vez para a reformulação da integração africana com o

lançamento da União Africana (UA), organismo que visava inserir o continente nos fluxos internacionais de comércio e a adaptação do continente às mudanças que a globalização trouxe para a dinâmica mundial e o relacionamento entre os Estados.

Nesse ínterim, se faz necessária uma avaliação para que se descubra de que forma a UA iniciou o seu trabalho com o objetivo de aumentar a influência do continente africano no sistema internacional, em especial nos fóruns e debates promovidos por países ou organismos internacionais que tenham ou não membros africanos.

Essa é uma condição vital, já que a essência da integração regional é a dinamização das potencialidades de uma determinada região através da aglomeração dos Estados desse local e que já mantenham certo grau de cooperação em algum tema em particular, como, por exemplo, o combate ao tráfico de drogas ou algum programa de cooperação científica entre os seus nacionais.

Assim, a integração regional é uma maneira de aumentar essa cooperação e estreitar os laços decorrentes da mesma. Com isso, o potencial político e econômico deve ser avaliado para que se perceba se a integração regional realmente é a melhor saída para a região ou se a solução seria outra.

Em se tratando de África, o presente estudo pretende avaliar se a UA exerceu e exerce algum tipo de influência para a inserção do continente na cena internacional, bem como quais as formas utilizadas para que esse aumento de participação internacional tenha ocorrido ou não.

Para tanto a utilização de dados de conferências, seminários e outros diversos eventos de alguns organismos internacionais se fazem necessários através da análise da leitura e análise do teor dos documentos, bem como do comparecimento ou não dos países africanos, poderá comprovar ou não a validade da influência da UA na inserção internacional do continente africano.

Essa análise se dará com os documentos de organizações importantes do sistema internacional e com decisões que alcancem o maior número de países no mundo e que tenham caráter relevante para o tema ao qual se debruçam. Foram escolhidas a Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial (BM), Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

Além da análise dos documentos e da influência que a UA pode ter gerado ou não para o continente africano, será feito um apanhado histórico dos fatos que levaram a implantação

do processo de integração regional na África, explicitando o papel que a OUA teve para o continente e o papel que a UA vem desempenhando atualmente.

Por fim será feita uma análise teórica da construção e atuação da UA no continente africano, utilizando como referenciais as teorias pan-africanista e pós-colonial das Relações Internacionais e os estudos de *African Renaissance*, buscando entender de que forma seus pressupostos teóricos mantêm uma relação com a integração na África, avaliando as ações que a UA e anteriormente a OUA propuseram para o continente africano.

## **1 OUA E UA: UM HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA**

Em se tratando da integração regional na África nos confrontamos com um processo que já perdura mais de 50 anos, entretanto, muito pouco é estudado a respeito dos fatos que corroboraram para que se levasse a cabo o início da integração regional no continente.

Assim inicia-se um breve estudo a respeito de fatos que tiveram grande importância para o início do processo de integração africano, sendo eles: o contato dos europeus com o continente africano, o início e fim da colonização europeia na África e por fim o estabelecimento da iniciativa de integração regional africana.

### **1.1 PRIMEIROS CONTATOS COM A EUROPA E IMPERIALISMO NA ÁFRICA**

A existência de relações entre os povos da Europa e da África sempre existiu. Entretanto, a mesma foi sendo estreitada através dos séculos, desde o período das Grandes Navegações e dos primeiros contatos com povos nativos na colonização, até a manutenção de cooperação da União Europeia com os países africanos independentes.

Inicia-se aqui uma rápida discussão histórica que permeia o início do contato dos europeus com o continente africano, já que foram os países europeus os responsáveis pela colonização na África. Demonstrar-se-á de que forma a colonização afetou internamente o continente e de que forma a África encontrou soluções para minimizar os efeitos deixados pela Europa em seu solo e habitantes.

Desde o contexto das Grandes Navegações, a Europa já tinha conhecimento, mesmo que parcial, a respeito da existência do continente africano, em especial também pela grande circulação de muçulmanos advindos dessa região para comercializar na Europa e em outras regiões do mundo.

Com o sucesso das primeiras explorações no além-mar e a formação de entrepostos de mercadoria, especialmente no litoral atlântico africano, as principais potências à época, Portugal e Espanha, se lançam em expedições ao redor do mundo com paradas sistemáticas e para formação de rotas no continente africano.

Portugal obteve mais sucesso nessa empreitada, tendo em vista que iniciou o estabelecimento de relações com os governantes das regiões que mais tarde viriam a ser conhecidas como Angola e Moçambique, posteriormente também com a região que se

tornaria a Guiné-Bissau, duas partes estratégicas e com saída para o Oceano Atlântico e Índico respectivamente.

Assim com o conhecimento dessas regiões africanas, com o início da exploração colonial na América, Portugal através da captura de habitantes dessas regiões, inicia o que posteriormente ficou conhecido na literatura como tráfico negreiro, sendo que o tráfico de escravos já era desenvolvido na África onde

[...] somente no século IX ocorreu o desenvolvimento, de forma significativa, da exportação de escravos provenientes da África negra rumo ao resto do mundo. Esse tráfico atendeu principalmente a região em torno do Mediterrâneo (inclusive a Europa Meridional), o Oriente Médio e algumas regiões da Ásia. Tal comércio durou vários séculos, haja vista que somente se extinguiu no começo do século XX. (INIKORI, 2010, p.91)

Se a colonização portuguesa necessitou de escravos africanos para que o sucesso da mesma fosse alcançado, Portugal também implantou núcleos de colonização no continente africano, resguardando a “soberania” sobre essas terras descobertas.

Apesar de discrepâncias sobre o início da colonização da África, Malowist (2010, p.22) afirma que

[...] As tentativas de colonização começaram em Angola, onde os europeus, pouco numerosos no princípio, vieram a se instalar. Por outro lado, no litoral de Cabo Verde e no Congo, a expansão européia manteve sua característica comercial. As feitorias e as colônias criadas pelos europeus (como São Luís, fundada em 1626). [...]

A partir do fim dos anos de 1830 e início de 1840, inicia-se uma nova corrida à África, não com fins de tráfico de pessoas, mas sim de estabelecer colônias das principais potências emergentes da época, caso da França, Alemanha, Bélgica, Itália e da grande potência, a Inglaterra.

Com o advento da II Revolução Industrial e as transformações decorridas desta, especialmente a industrialização dos produtos e a criação da máquina a vapor, se fez necessária a busca cada vez mais intensa do uso de recursos naturais inerentes à produção e também de mercado consumidor para o produto final manufaturado.

A solução então foi se aventurar mais uma vez para o além-mar desconhecido e estreitar relações com partes do mundo já conhecidas, mas ainda não totalmente exploradas pelo poderio dessas potências. Um dos cantos escolhidos e mais explorado foi sem dúvida o continente africano.

Através de alianças com chefes tribais, estabelecimento de protetorados, chegada de missionários, entidades religiosas e também uma boa dose de sangue e guerra, a África foi aos poucos sendo conquistada e abusada pelas potências já anteriormente citadas.

Assim se deu o início do pacto colonial na África, que viria a ser desfeito apenas em meados do século XX e que deixou marcas profundas para o continente, assim como para o mundo que se formaria *a posteriori*.

Diversas vertentes exploram o estabelecimento de colônias na África, em especial no campo econômico, com o imperialismo econômico, teoria desenvolvida por Hobson (apud Boahen, 2010, p. 23), na qual afirma que

[...] a superprodução, os excedentes de capital e o subconsumo dos países industrializados levaram-nos a colocar uma parte crescente de seus recursos econômicos fora de sua esfera política atual e a aplicar ativamente uma estratégia de expansão política com vistas a se apossar de novos territórios. [...]

Ou seja, a construção de impérios fortalecidos, com pujança econômica e um vasto território, perpassavam a ideia do imperialismo econômico, assim como da teoria do imperialismo, na qual, a vitória de um Estado face à subjugação e a aniquilação de outro indicaria quão poderoso o seu Estado podia se tornar.

Uma das vertentes poucas vezes analisada, porém muito útil, apesar de seu caráter preconceituoso e diminuidor, pode ser buscada na ideologia, na qual o darwinismo social pode ser entendido como uma justificativa para a necessidade europeia de expansão.

Darwin em seu livro *A Origem das Espécies*, trata da questão da sobrevivência da espécie dominante, a qual, através de uma característica que a diferencia de indivíduos da mesma espécie a torna superior e que com o passar das gerações se torna superior em números e sobrevive face ao desaparecimento da outra espécie inferior, demonstrando uma seleção natural.

De acordo com Uzoigwe (2010, p. 25)

[...] *A origem das espécies por meio da seleção natural, ou a conservação das raças favorecidas na luta pela vida* publicada em inglês em novembro de 1859, parecia fornecer caução científica aos partidários da supremacia da raça branca (...) [os partidários] ficaram, portanto, encantados: iam justificar a conquista do que eles chamavam de “raças sujeitas”, ou “raças não evoluídas”, pela “raça superior”, invocando o processo inelutável da “seleção natural”, em que o forte domina o fraco na luta pela existência. [...]

Tanto a ideia do imperialismo, como a vertente psicológica, sobreviveram e de sobremaneira permearam a ocupação da África, bem como a sua partilha entre as potências europeias na Conferência de Berlim no ano de 1884, demonstrando o quanto a Europa estava

disposta a manter suas colônias e a riqueza material advinda da dominação por um ainda longo período de tempo.

## 1.2 PÓS-GUERRA FRIA E INÍCIO DA INTEGRAÇÃO AFRICANA

O fim da Guerra Fria retoma em relações internacionais a discussão de vários temas de *low politics* para o debate mundial como: meio ambiente, cooperação entre estados e principalmente o tema da integração regional, que se tornou mais presente nesse mundo diversificado que surgia.

Além disso, evidenciava-se a vitória do sistema capitalista, representado pelos EUA em contrapartida ao sistema socialista representado pela ex-URSS, no que Visentini et.al, (2013, p. 100), abordam que

[...] Os fundamentos históricos do imenso processo de descolonização afro-asiático encontram-se no declínio dos velhos impérios coloniais, na transnacionalização do capital norte-americano e no amadurecimento dos movimentos de libertação nacional. (...) Esse país [EUA] havia atingido um grande desenvolvimento durante a guerra, e necessitava exportar manufaturados e investir seu excedente de capital, bem como fomentar a expansão de suas empresas com capacidade de implantação e ação transnacional, tornando vital a abolição de qualquer forma de protecionismo que entravasse a livre circulação. [...]

Assim a descolonização afro-asiática foi benéfica para os EUA, de forma a intensificar seus interesses nessas novas áreas independentes, contando com a liberdade de dialogar livremente e diretamente com os governantes desses novos países. Acabando assim a imposição de interesses europeus sobre as áreas libertas.

No entanto, o preço para se ajustar ao sistema capitalista e receber apoio externo dos EUA foi alto, em vista de toda uma reestruturação das relações desses novos países para com a potência norte-americana.

A concessão de empréstimos era ofertada com diversas condições, entre elas um maior fluxo de comércio para com os EUA, que na prática interpunha um sistema de trocas deterioradas gerando uma dependência, para os africanos, do comércio de matérias-primas da África com as manufaturas advindas dos norte-americanos.

Esse sistema não estava restrito apenas à África, sendo propalado em outras partes do mundo em desenvolvimento, como a América Latina. Com vistas à diminuição dessa dependência e visando a criação de regiões fortalecidas política e economicamente, entra em cena o processo de integração regional.

Antes desses fatos, o mundo já vivenciava a integração regional com a primeira experiência concreta de integração se consolidando com a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), que viria a propor uma cooperação no uso desses recursos na região da Alsácia-Lorena, sendo a posse da região um dos estopins da II Guerra Mundial e um dos grandes entraves entre a relação França-Alemanha.

Inicialmente na Europa, com o sucesso da CECA e o posterior alargamento dessa iniciativa com mais Estados europeus e a assinatura do Tratado de Maastrich institucionalizando a União Européia, se promoveu uma segunda onda de integração regional que inicia no mundo todo, tendo como padrão de análise e planejamento o sucesso do fenômeno europeu.

Entretanto uma das principais diferenças entre o movimento que iniciou na Europa, conhecido como 1ª onda de integração e a 2ª onda de integração, dá conta especialmente do alcance que o processo almejaria, uma vez que, durante a 1ª onda de integração, o eixo para a cooperação entre os Estados era unilateral, enquanto que na 2ª onda torna-se multilateral.

Onde também na 1ª onda de integração, a dimensão alcançada pelo processo integracionista era apenas no campo político; já na 2ª onda, a dimensão política segue como alvo principal do processo, mas se alia também a outros campos como: cultural, ambiental, econômico, etc.

Em meados dos anos 1960 a onda da integração alcança o continente africano, sendo evidente a percepção de dois grupos com intenções de iniciar e tornar real o caminho de uma iniciativa de integração na África, o grupo de Brazzaville ou Monrovia e o grupo de Casablanca, sendo que os dois tinham ideais e propostas que divergiam entre si, especialmente na forma com que a integração ocorreria.

Assim de acordo com Visentini (2010, p. 31-32)

[...] O primeiro era integrado por vinte e um membros, a maioria francófonos, e seguia uma linha moderada, vinculada ao neocolonialismo (...). O segundo foi criado em janeiro de 1961 como reação ao primeiro, (...) e propunha uma diplomacia neutralista e uma ruptura mais profunda com as metrópoles. [...]

Ou seja, havia um embate na maneira de como seria organizada a maneira de lidar com o passado colonialista dos Estados recém-independentes. O grupo de Brazzaville, moderado, tendo principal influência e em seus participantes Estados francófonos, propunha uma relação que mantivesse a estrutura colonial perpetrada anteriormente no pacto colonial; enquanto o grupo Casablanca, com uma postura mais radical e que contava com a

participação de países anglófonos e do norte da África, impunha uma visão que eliminasse qualquer resquício da anterior presença estrangeira no continente africano.

Apesar das divergências entre os grupos afetarem os rumos da integração africana e dificultarem um diálogo comum, se estabelece em 25 de maio de 1963, a Organização da Unidade Africana (OUA), conforme Visentini (2010, p. 85-86), criada

[...] por iniciativa do Imperador Haile Selassie<sup>1</sup> e representantes de 32 governos de Estados africanos independentes. Resultado do momento de consolidação das independências afro-asiáticas, a OUA surgiu baseada no otimismo da criação de instituições regionais capazes de promover o desenvolvimento econômico e a estabilização política de seus Estados-membros.

Visentini (2010) pondera, no entanto que a criação da OUA pelo então imperador da Etiópia teve como característica principal a manutenção da supremacia etíope no continente, se aproveitando também do status de único país a não ser colonizado no continente.

Assim de disputas para a liderança da integração no continente, a OUA foi criada com a meta de integrar o continente em diversas áreas, especialmente a área econômica e política, mas também no que tange aos aspectos culturais, iniciativas para saúde, agricultura, transportes e comunicações.

Dessa forma, a criação da OUA tinha como fator preponderante dar visibilidade ao continente africano e os seus recém-criados Estados, já que, ainda na década de 1950 observava-se a interferência européia no continente, em vista da “posse” de diversas regiões do continente por várias nações do continente europeu.

Entretanto, a inserção desses novos Estados no sistema internacional ocorreu de forma não planejada, evidenciando a frágil composição política que os mesmos tinham após a independência e por isso a necessidade de algo que os torne e os mostre o quão estão dispostos a intervir no sistema internacional.

Dessa maneira, as perspectivas políticas e em menor grau a econômica colaboraram para a disseminação da ideia da iniciativa de integração continental, sendo que o nível de ação no continente ainda era reduzido em face da não independência de todos os Estados que fazem parte da África.

O grau de coesão entre os Estados africanos, no entanto, ainda era muito baixo, e com a emergência de diversos conflitos na década de 1980, conhecida como a década perdida<sup>2</sup>, a

---

<sup>1</sup> Imperador da Etiópia

<sup>2</sup> Período marcado por uma reorganização econômica mundial, que levou a uma crise profunda na África e com grande ocorrência de conflitos no continente.

inserção e o trabalho da OUA no continente ficou ainda mais debilitada e praticamente reduzida à zero.

Um dos fatores que contribuíram para essa pouca ação da OUA no continente africano diz respeito a uma cláusula no documento que impunha a não intervenção da organização em caso de conflitos internos, que no período da década perdida foram permeados por golpes de Estado e sangrentas guerras para a independência.

A própria idéia de unidade que a organização tentou instalar, a nível continental, parece arcaica e sem pretensão de alcançar as demandas que a maioria dos países tinha, visto que, a ideia principal era de torná-la um grande fórum que viesse a propor mudanças para a visibilidade internacional da África no sistema internacional, mas que também colaborasse para o desenvolvimento político e econômico do continente como um todo.

Outras razões para a não efetivação completa da OUA foi a não existência de um líder “integracionista” ou de um par de líderes que fizessem com que o processo de integração se efetivasse totalmente e que também tomasse as “rédeas” do processo ocasionando o aprofundamento das relações entre os possíveis Estados membros da organização.

Nesse tópico evidencia-se a já explorada rivalidade entre os grupos de Brazzaville e Casablanca, que tornam a ideia de integração uma luta na qual cada um dos grupos se entende como o mais preparado para lidar com a integração, entretanto, não praticando um diálogo para com os seus pares que não congregam da mesma ideologia ou opinião a cerca da forma como se dará a integração da África.

A explosão de diversos conflitos na África mostrou a ineficiência da organização na resolução destes conflitos, uma vez que, pela cláusula de não intervenção de conflitos, a organização se isenta de qualquer tentativa de mediação e intervenção num conflito que ocorra na esfera interna de um de seus membros.

Assim, observa-se uma posição de liderança e alcance frágil da UA no continente africano, que mais tarde tornou-se um dos responsáveis para o alcance parcial de várias metas da organização para o continente.

Como um dos maiores exemplos de conflitos que ocorriam nesse período se pode citar a guerra de independência dos países de língua portuguesa, com especial atenção para Angola, que possuía e ainda hoje possui diversos tipos de minerais em seu solo, além da existência de petróleo em seu território.

Devido aos acontecimentos da Revolução dos Cravos em Portugal, que deflagrou a queda do governo de cunho fascista neste país, a autoridade empossada no país europeu chama para conversas os três grupos principais que lutavam pela independência para se chegar a um acordo no que dizia respeito a uma transição democrática para a independência de Angola.

Em decorrência das desavenças entre o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União para a Independência Total de Angola (UNITA), o país emergiu em uma violenta guerra civil com duração de 16 anos e que deixou marcas profundas na população e resultados não muito animadores para a frágil democracia que se instalava e que ainda hoje tem reflexos no governo angolano e na África de uma maneira geral.

Outro conflito que gerou comoção mundial e grande alvoroço na mídia internacional ocorre na África do Sul em 1976 e ficou conhecido como a revolta de Soweto, em decorrência do local onde os negros eram obrigados a viver pela minoria branca de descendência européia que governava o país.

A revolta de Soweto tornou-se um *turning point* para o governo sul-africano, que institucionalizou o regime do *apartheid* em 1948, sendo esse um modelo que segregava e restringia o acesso da população negra a diversos tipos de direitos consagrados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>3</sup>, como o direito ao voto, propriedade e posse de terra ou mesmo o casamento entre pessoas que tivessem a epiderme com coloração diferente.

Um dos líderes do movimento *anti-apartheid* foi Nelson Mandela que através de seu discurso de inclusão e igualdade entre os sul-africanos obteve do governo no poder uma sentença de prisão perpétua em 1963. Entretanto a revolta de Soweto abriu brechas para outra revolta popular em 1984, no qual o país foi obrigado a rever as diversas leis segregatórias vigentes no país.

Assim para Visentini (2012, p. 202)

[...] Com a posse do Presidente Frederik de Klerk, em 1989, iniciou-se a transição para o fim do Apartheid, com a libertação de Nelson Mandela e a legalização do CNA e outros partidos da oposição. (...) Em 1992 houve um plebiscito somente para brancos, com 69% votando pelo fim do regime racial e, em 1993, De Klerk e Mandela ganharam o Prêmio Nobel da Paz. [...]

---

<sup>3</sup>Documento formulado em 1948, que contém os direitos que deveriam ser garantidos pelos países signatários desse documento de forma a evitar a violação de qualquer direito humano de algum de seus habitantes.

É inegável, no entanto, que a meta da OUA de criar uma solidariedade entre os Estados e de por fim às graves violações de direitos humanos no continente africano, com a estabilização de todos os países africanos, que foi alcançada com a queda do *apartheid* na África do Sul.

### 1.3 AJUSTES E MUDANÇAS NA INTEGRAÇÃO: FIM DA OUA E INÍCIO DA UA

Percebe-se que as metas da OUA foram parcialmente alcançadas, no que diz respeito à manutenção de um nível de coesão interna dos seus membros sendo alcançada com o fim do regime segregacionista na África do sul.

No entanto as metas ambiciosas de uma integração tão ampla em diversos setores para o continente africano se tornaram esparsas e inalcançáveis face todos os problemas já descritos, sem levar em conta a maneira como o continente se inseria internacionalmente, especialmente no campo econômico.

A grande maioria de seus países tornava-se exportadores de *commodities* para os países desenvolvidos e entrava na relação de trocas deterioradas que perpassava a relação das antigas metrópoles e suas ex-colônias em outras partes do globo.

Uma das alternativas para a solução desse problema se evidenciou no *Lagos Plan of Action* (LPA), assinado em abril de 1980, no qual, os Estados membros se comprometiam, através da prática desse plano, a buscarem maneiras de desenvolver e dinamizar o espectro econômico do continente africano, assim colaborando com a integração na OUA também.

Duas teses que sustentam essa perspectiva são resumidas da seguinte forma por Kouassi (2007, p. 7), onde o autor afirma que o LPA tinha por finalidade

*“[...]i. To promote collective, accelerated, endogenous and self-supporting development of member states;  
ii. To promote cooperation among African countries and integration in all economic, social and cultural fields.[...]”*

Assim, o aprofundamento da integração dos Estados africanos também no aspecto econômico era visto como vital para o sucesso da empreitada como um todo, já que se tinha o LPA como tentativa para o desenvolvimento econômico do continente, elevando de maneira geral o crescimento dos países africanos.

No entanto, apesar de ser uma ideia que tinha possibilidade de obter bons frutos, observa-se também certa utopia e otimismo em demasia no que concerne ao alcance e o nível de comprometimento dos países integrantes para esta empreitada, o que significaria mudanças

por vezes drásticas na forma de relacionamento regional, podendo gerar insucesso tendo em vista o carácter interno de cada país que diferia muito um para o outro.

Importante nesse contexto também é a assinatura do Tratado de Abuja, no qual, os chefes de Estados presentes na capital nigeriana, se comprometiam com a assinatura do tratado em criar a Comunidade Económica Africana (CEA).

O funcionamento da CEA se daria com o *empowerment* das Comunidades Económicas Regionais (CER's), que por meio de ações na região que fizessem parte criariam uma dinâmica que elevaria o âmbito da integração e também o desenvolvimento económico nos seus Estados participantes.

Assim através das CER's, a CEA se implantaria com maior alcance geográfico e com maiores chances de sucesso, já que, com a visibilidade e uma maior interação das CER's com os seus Estados membros, as demandas deles chegariam de forma correta e mais rápida à CEA, diminuindo o esforço para contactar todos os Estados e estudar quais as demandas de cada um.

A dinâmica mundial vinha mudando e no fim da década de 1980 e início da de 1990, é possível indicar alguns desafios que, em certa medida, simbolizavam a fragilidade e a dificuldade por parte da OUA em solucioná-los (Otávio, 2013, p. 9). Fazia-se necessário agora uma agenda revigorada para a integração africana de forma a colocá-la definitivamente em evidência, seja na África ou frente à comunidade internacional. Ditando de forma renovada os desafios e soluções para a África que adentrava o principiante século XXI.

Surge então com Thabo Mbeki, a ideia do *African Renaissance*, que na prática significava

[...] mover o continente africano em direção a um futuro próspero, prosperidade esta que seria alcançada através da valorização e do resgate ao passado africano anterior a invasão europeia. (...) refere-se à importância da interação entre a democracia e o desenvolvimento económico, relação que criaria um cenário estável e favorável ao crescimento económico, garantindo a África o acesso à globalização económica. [...] (Otávio, 2013, p. 10)

Através dessa linha de pensamento evidenciava-se uma nova forma de inserção do continente africano de forma a se tornar parte da globalização, bem como de atração de fluxos de investimentos para o continente, alavancando a posição da África na economia internacional.

Pretendia-se com o renascimento africano, não apenas uma nova forma de interagir entre os Estados africanos, que migrariam posteriormente para a nova organização, mas

também demonstrar à comunidade internacional a força que o continente já tinha, reafirmando os laços culturais e de desenvolvimento entre os países africanos.

Percebe-se a partir daí uma mudança no revés do que ocorria no sistema internacional e com isso, iniciam-se também ajustes na forma como a integração era alcançada no continente africano, quando da realização da I Reunião de Chefes de Estados e de Governo africanos em Durban na África do Sul, para a realização deste que foi o primeiro encontro da renovada organização que a partir de então fica conhecida como União Africana.

Especialmente a forma como a integração se dará nessa nova fase para a África é importante de se frisar, já que havia a possibilidade de uma retomada do modelo baseado em uma confederação que receberia o nome de Estados Unidos da África, ou a integração na qual as estruturas políticas dos Estados seriam mantidas, requerendo-se, no entanto um maior aprofundamento da integração para dentro do espaço nacional de cada membro.

Cabe lembrar que a ideia de “Estados Unidos da África”, era defendida pelo grupo de Brazzaville durante as décadas de 1950 e 1960, a qual foi recuperada e tentou ser colocada em prática pelo falecido ditador da Líbia, Muammar Kadaffi, o que poderia supor implicitamente uma manobra para aumentar a participação líbia no continente e o poder de domínio de Kadaffi sobre o continente.

No entanto, como os acontecimentos nos mostraram, a alternativa encontrada foi aprofundar a integração com a inserção de novos temas e agendas para discussão no âmbito institucional da União Africana, como a intervenção em caso de crimes contra a humanidade, crimes de guerra ou genocídio em algum conflito que um dos membros esteja vivenciando durante um período de tempo, especialmente explicita aqui no Constitutive Act of the African Union, (2000, p. 5) onde

*“(WE Heads of States),*

*[...] GUIDED by our common vision of a united and strong Africa and by the need to build a partnership between governments and all segments of civil society, in particular women, youth and the private sector, in order to strengthen solidarity and cohesion among our peoples;*

*CONSCIOUS of the fact that the scourge of conflicts in Africa constitutes a major impediment to the socio-economic development of the continent and of the need to promote peace, security and stability as a prerequisite for the implementation of our development and integration agenda; [...]*”

Outra grande inovação para a UA, diferenciando-a da OUA, é a inserção da cláusula democrática, pela qual a permanência ou ingresso de um membro na União Africana se dará através da manutenção da democracia em seu território, visando a não possibilidade de

qualquer manobra política de um ditador se manter no poder em algum país e impor sua vontade no seio da instituição.

Vital se torna para essa nova instituição uma Constituição, que guia todos os procedimentos e atos que podem ser tomados por seus membros na instituição, bem como explicita as diferentes funções que cada órgão criado pela organização terá que cumprir para manter o bom funcionamento dos arranjos e acordos tomados na UA.

O contexto histórico no qual a mesma foi estabelecida também é importante, tendo em vista que o renascimento de uma instituição que lute por melhores condições de vida para os habitantes de uma determinada região e o *empowerment* da mesma é tido hoje como de suma importância para que se consolide a voz dela nas discussões em fóruns internacionais.

Suas metas também foram alargadas, com a criação do Parlamento Pan-Africano, um órgão da UA e que já existia desde a época da OUA, onde todas as decisões que são tidas como relevantes para qualquer Estado membro possam ser abordadas de forma a favorecer a consecução de uma decisão única e que atinja igualmente todos os Estados.

Como já abordado, a economia também teve agora sua função aumentada para que se garanta não apenas uma autonomia política do continente africano, mas para que a economia não seja tão dependente das trocas comerciais deterioradas no comércio internacional e possam desenvolver suas potencialidades.

Para tal desde o estabelecimento da CEA, a então OUA e agora UA, programa através das CER'S, medidas para o desenvolvimento da região onde as mesmas estão instaladas, para que futuramente possa se avançar em uma nova fase de desenvolvimento da economia nos cinco cantos do continente africano.

## 2. APORTES TEÓRICOS SOBRE A INTEGRAÇÃO AFRICANA

Há diversos estudos teóricos sobre a integração, muitos dos quais interdisciplinares e com o objetivo de compreender como os arranjos integracionistas são formados, como eles evoluem, como se sustentam e de que forma influenciam outros arranjos e as relações internacionais.

A respeito da integração no continente africano, a situação não foi diferente. No entanto, no que concerne à teoria das Relações Internacionais, ao longo das últimas décadas, pouco foi debatido acerca das peculiaridades de países subdesenvolvidos e pobres.

Nesse sentido, ainda observam-se lacunas com relação à integração africana e suas consequências para o continente, o que torna um campo aberto para estudos que aprofundem as discussões. O que nos propomos neste capítulo é debater de que forma as teorias do Pan-Africanismo, Pós-Colonialismo de Relações Internacionais e os estudos de *African Renaissance* tratam a integração regional na África, com o estabelecimento da OUA, posteriormente transformada em UA e as relações internacionais a partir do continente africano.

### 2.1 VISÃO PAN-AFRICANISTA

O pan-africanismo, como corrente teórica, tinha como principal marca da sua argumentação, a idéia de uma África unida por todos os africanos, fossem eles africanos habitantes do continente ou remanescentes da diáspora africana, bem como dos descendentes dos africanos “comercializados” para a exploração e construção de colônias em outras partes do mundo.

Deste modo, desde meados do século XIX, se iniciam os primeiros registros do pan-africanismo como movimento para um reavivamento da cultura negra africana, especialmente pelo contato de negros da diáspora na Grã-Bretanha, onde foram realizados os Congressos Pan-Africanos no início do século XX, EUA e Caribe.

Posterior a esse momento inicial, o contato ocorre também com intelectuais do próprio continente africano com esses idealizadores do pan-africanismo, em especial o escritor norte-americano William Edward Burghardt DuBois e o martiniquense radicado na França, Frantz Fanon, e com a realização e publicação de estudos por diversos intelectuais, como Kwame Nkrumah e Kwame Anthony Appiah, ambos ganeses que contribuíram muito para a aplicação dos preceitos pan-africanistas na África.

A principal ideia dos escritos desse movimento era a África una, homogênea e congregadora dos seus nacionais, transformando o continente africano em certa “terra prometida” para onde todos os africanos e descendentes deles pudessem retornar para a sua verdadeira terra.

Outra característica do pan-africanismo é a manutenção da herança dos antepassados negros da diáspora, o qual era expresso através do orgulho em manter viva essa herança, independente do negro habitar ou não no continente africano, através da cultura africana espalhada pelo mundo e que influenciou hábitos culturais, religiosos e a incorporação de verbetes linguísticos à língua materna do local onde o africano ou seu descendente por ventura habitasse.

Dessa maneira, o continente africano era visto como um porto seguro para o negro, no qual ele poderia se expressar com sua dança, arte e cultura, sem a preocupação de fazer parte de uma sociedade na qual o seu ponto de vista e a sua opinião não eram levados em consideração, como ocorria na Europa, berço dos colonizadores da África.

Esse movimento foi importante também para a independência de diversos países, já que,

[...] Dentre os muitos líderes pela independência dos países africanos, parte significativa era de intelectuais que sofreram a influência do pan-africanismo, a exemplo de Jomo Kenyatta (Quênia), Peter Abrahams (África do Sul), Hailé Selassié (Etiópia), Namdi Azikiwe (Nigéria), Julius Nyerere (Tanzânia), Kenneth Kaunda (Zâmbia), Kwame Nkrumah (Gana), Amílcar Cabral (Cabo Verde e Guiné Bissau), Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade e Viriato Cruz (Angola) e Samora Machel (Moçambique). [...] (ASANTE et al apud LIMA, 2011, p. 2-3)

O movimento ganha, então, uma participação maior no cotidiano do continente africano, no qual a maioria dos novos países independentes teve a oportunidade de vivenciar o pan-africanismo não apenas como um vislumbre de uma convivência pacífica e harmônica entre todos os africanos, mas também como um mecanismo que possibilitou a libertação do povo africano ainda cativo do jugo imperialista.

Como resultado, talvez nem tão esperado, o pan-africanismo emerge como uma teoria que pode ser e foi usada para o estabelecimento de poder do povo africano nos recentes países independentes, especialmente em Gana onde o líder do movimento pela independência Kwame Nkrumah, posteriormente presidente ganês, inicia conversas com outros líderes de países independentes para que se instale no continente um organismo com vista à unidade do continente em um bloco forte e independente.

Diversas tentativas de unificação do continente, no âmbito da integração continental, foram tentadas no decorrer dos anos 1950 e 1960, sendo que nenhuma delas alcançou o sucesso completo, especialmente por serem localizadas em regiões específicas da África, como África Ocidental, Oriental ou Austral, não levando em conta a dinâmica do continente como um todo.

Nkrumah comenta em seu livro *Africa Must Unite*, de 1963, a forma como estava organizado o continente africano nos anos de 1950, no qual demonstra que a relação de aproximação e irmandade dos africanos, em contraponto com as diferenças de língua e de cultura, são fatores preponderantes para que se inicie uma tentativa de unidade na África com o intento de criar uma voz para o continente no cenário internacional e diminuir a dependência que o continente ainda detinha de organismos internacionais e ajuda de outros países para a resolução de problemas do continente.

Um dos pontos-chaves para Nkrumah foi o uso da independência da Costa do Ouro, atual Gana, como

*“[...] a starting-off point for African independence and unity. With the mass movement I was able to build up in the Convention People’s Party, the Gold Coast secured its freedom and emerged as the sovereign state of Ghana in 1957. I at once made it clear that there would be no meaning to the national independence of Ghana unless it was linked with the total liberation of the African continent. (NKRUMAH, 1963, p.136)”*

A independência de Gana, deste modo, não deveria ser vista como apenas a libertação do jugo colonialista, mas sim como uma inspiração para que a África se unisse como um continente e assim alcançasse um ápice na sua história e na posição que o continente mantinha no cenário internacional naquela época.

Outro autor que trouxe grandes contribuições para o pan-africanismo e a sua desenvoltura em solo africano foi o martiniquense Frantz Fanon, que, em sua obra *Toward the African Revolution*, de 1964, aborda o esforço dos intelectuais africanos, e primeiros líderes de países que alcançaram a independência, para a construção de algum tipo de integração regional que trouxesse unidade para o continente africano.

O intento primeiro da libertação opressora do colonialismo se daria, para os líderes africanos, através de uma revolução que trouxesse uma nova visão da África e culminasse no maior número de independências no continente, o que diminuiria o poder do colonizador no continente e abriria espaço para a construção de uma unidade continental pensada pelos africanos e para os africanos.

Uma das primeiras tentativas que debateu esse objetivo ocorreu em Acra, Gana, em 1958, em uma conferência que deixava claro a libertação das ainda colônias a qualquer custo, fosse ela conseguida em acordos com a metrópole ou através da guerra.

Essa foi uma das primeiras conferências que trouxeram o tópico da unidade africana a cabo no continente, especialmente pelo fato de que já havia dois grupos que dialogavam a melhor forma de unidade, o grupo de Brazzaville e o grupo de Casablanca.

O primeiro definia a unidade de forma a manter as relações do continente com o país colonizador, especialmente porque a maioria dos países que integravam esse grupo era francófona e era de vital importância que o elo com a metrópole francesa fosse mantido pelo menos parcialmente. Em relação ao segundo grupo, o mesmo propunha uma ruptura completa da presença das ex-metrópoles no continente, propondo uma mudança radical e com atitude africana para liderar o continente para a unidade.

No entanto apesar dessa dualidade, demonstrando diversos pontos de vista com relação ao futuro do continente, não se chegava ao ápice do que era proposto pelo pan-africanismo, a criação de uma voz una e igualitária para a África.

Aproveitando-se dessa fragilidade e debilidade na proposição de uma terceira via que congregasse a visão dos grupos para o continente, foi criada em 1963 pelo imperador da Etiópia Haile Selassie, e com a assinatura de 53 chefes de Estados africanos a Carta da Organização da Unidade Africana (OUA), ente que vinha a regular a unidade africana e transformar esse ideal de uma África unida pelos seus povos em realidade.

### **2.1.1 O pan-africanismo e suas ações para a unidade africana**

Como já abordado, a unidade do continente africano foi um assunto muito debatido interna e externamente à África, levando a escritos e publicações que geraram um fortalecimento no movimento pan-africanista sobre a ideia de unidade africana do continente.

O resultado mais concreto dessa movimentação foi a criação da OUA, que tinha como propósitos

*“[...] (a) To promote the unity and solidarity of the African States;  
(b) To coordinate and intensify their cooperation and efforts to achieve a better life for the peoples of Africa;  
(c) To defend their sovereignty, their territorial integrity and independence;  
(d) To eradicate all forms of colonialism from Africa; and  
(e) To promote international cooperation, having due regard to the Charter of the United Nations and the Universal Declaration of Human Rights. [...] (OAU, 1963, p.3)”*

A OUA tinha esse caráter todo especial por se tratar da primeira experiência de unidade e integração regional, com a idéia de congregar e maximizar a solidariedade entre os povos africanos para que se alcançasse a unidade entre os mesmos.

Entretanto, como se tratava de uma nova experiência para o continente, a Carta que regulava as ações da OUA é muito vaga no sentido de propor de maneira concreta atos que levassem a uma unidade do continente, com a idéia do pan-africanismo dos Estados Unidos da África, já que o conceito de unidade pressupõe a ideia de um grupo homogêneo e sem cisões entre si.

Outro fato importante para a OUA se dava com a cláusula de não intervenção em conflitos internos dos Estados membros a partir do postulado “*Non-interference in the internal affairs of States*” (OAU, 1963, p.4), demonstrando pouca disposição em enfrentar as contendas existentes no continente à época, como as guerras para libertação das colônias portuguesas ou o *apartheid* na África do Sul.

Assim, a reputação da OUA no cenário internacional e mesmo entre alguns Estados membros e estudiosos do tema, foi de uma organização com instituições fracas e pouco sólidas em suas funções e que não mais representava os acontecimentos da nova ordem mundial que surgia com o fim da Guerra Fria.

Com vistas a uma integração que refletisse o novo caráter da ordem surgida com o fim da Guerra Fria, as conversas se iniciaram com o intuito de pensar em novas ações com o intuito de aumentar a participação africana na cena internacional, bem como a descentralização das instituições da integração para outros países, diferente do que vinha ocorrendo com a OUA, na qual, as mesmas estavam todas sediadas em Addis Ababa<sup>4</sup>.

Não pode ser escrito que ocorreu uma falha da OUA por si mesma, o que ocorreu foi uma falta de atualização dos seus propósitos para com o continente africano, bem como da posição que a organização poderia desempenhar no sistema internacional, para a construção do ideal pan-africanista de uma voz única (ou pelo menos mais homogênea) para o continente africano.

Dessa forma em 2002, é realizada a I Reunião de Chefes de Estado e Governo da União Africana, realizada em Durban<sup>5</sup>, na qual foi assinado pelos 53 chefes de Estados participantes na ocasião, o *Constitutive Act of African Union*<sup>6</sup>, que teve o mesmo nível de

---

<sup>4</sup> Capital da Etiópia.

<sup>5</sup> Cidade da África do Sul

<sup>6</sup> Ato Constitutivo da União Africana, em tradução literal.

poder que a antiga Constituição da OUA, agora, no entanto, com outros propósitos em seu bojo de ações.

Os mesmos foram alargados de forma a incluir novos temas que tomaram espaço nas discussões dos fóruns internacionais, como o combate à pobreza, promoção dos direitos humanos, combate à corrupção, bem como a intensificação da integração econômica, que não teve muito avanço durante o mandato da OUA.

Além disso, revelando o caráter do pan-africanismo, foi criado o Parlamento Pan-Africano, que tem como função a deliberação de assuntos importantes do continente e seus membros, criando a voz “negra” do continente, já que, essa é a meta principal, não devidamente explícita da UA, mas que determinaria quanto a UA determina o caráter africano no cenário internacional.

Com tudo isso, se percebe que o pan-africanismo foi e ainda é, apesar de não muito trabalhado no Brasil ou na América do Sul, de importância grande para a integração africana, especialmente para a OUA que abriu as conversas para uma integração continental na África. Ou seja, o pan-africanismo, depois de anos de mudanças e novas conversas no cenário internacional, ainda mostra toda a sua força no continente africano com a UA, também proporcionando o diálogo com outras teorias para a explicação da integração africana no século XXI.

## 2.2 VISÃO DO *AFRICAN RENAISSANCE*

O *African Renaissance* é um movimento que coloca para a África, um renascimento em diversos campos, como: educação, política, respeito aos direitos humanos, redução das desigualdades de gênero, entre outros, tendo as suas ideias alinhadas e reformuladas com o Renascimento que ocorreu na Europa.

O Renascimento europeu ou Renascença européia foi um movimento que nasceu na Europa, primeiramente na região que hoje compreende a Itália no século XI e tinha como principal mote do movimento a redescoberta do conhecimento e das ciências para que se chegasse a um pleno desenvolvimento europeu, em contraposição aos atrasos que ocorreram durante a Idade Média.

Uma das principais ideias advindas do renascimento foi o antropocentrismo, o homem como detentor do seu destino e ações, em contraposição com o teocentrismo, que imperava na Idade Média e colocava Deus como o responsável pelo destino e as ações dos homens.

Assim, o *African Renaissance* pode ter para a África, o mesmo impacto que teve para o continente europeu o Renascimento, trazendo à tona soluções que possam ser utilizadas para que se tirem o estigma do continente atrasado que até hoje perdura na África no século XXI.

Um dos responsáveis pela divulgação e alcance que a ideia de *African Renaissance* tomou para a África foi Thabo Mbeki através do seu célebre discurso “*I am an African*”, no qual é encarado por intelectuais africanos como o maior exemplo de como os africanos podem melhorar o continente e se tornarem cada vez mais interligados por sua herança cultural, não menosprezando a cultura de seus ancestrais, bem como os hábitos trazidos por povos que vieram a habitar a África.

O *African Renaissance* também vem como forma de combater o afro-pessimismo espalhado, mundialmente, de que a África seria uma terra devastada pela fome, miséria, epidemia e níveis baixos de desenvolvimento humano. Centrado ainda na ideia do pan-africanismo, o *African Renaissance* acredita na construção de uma África mais equânime para os seus povos através dos seguintes preceitos:

- A recuperação do continente africano como um todo;
- O estabelecimento da democracia política no continente;
- A necessidade da quebra das relações neocoloniais entre África e as potências econômicas mundiais;
- A mobilização dos povos da África em tomar seus destinos nas próprias mãos, embora prevenindo o continente de se tornar um local de conquista dos interesses geopolíticos e estratégicos das potências mundiais;
- Desenvolvimento rápido, liderado e centrado no crescimento econômico com o objetivo de ir ao encontro das necessidades dos povos da África<sup>7</sup>;

Assim, para Mbeki (2000, p.78), “o que se propõe com o *African Renaissance* é o lançamento e consecução dos objetivos acima descritos trazendo o maior resultado possível para o continente”. Tal meta só seria alcançada, no entanto, com a resolução dos problemas africanos por intelectuais africanos.

O estopim dessa mudança foi dado, importante ressaltar, pelo presidente sul-africano Thabo Mbeki no seu discurso de abertura do Conselho da Corporação dos Estados Unidos na África em 1996, o que foi descrito como “*a ground breaking speech*” (MORE, 2002, p.61).

---

<sup>7</sup> Traduzido do original

Nesse ínterim entende-se que a África do Sul podia vir a se tornar uma liderança para que a integração na África alcançasse o efeito de transbordamento.

Entretanto a assertiva sul-africana de não fazer parte da tentativa de construção do *Common Market for Eastern and Southern Africa* (COMESA) após a sua independência e o fim do regime *apartheid* se tornou um motivo para que os outros Estados integrantes do COMESA como uma tentativa de fortalecimento do poderio sul-africano e a construção de relações neocoloniais dos países dessa região com a África do Sul.

Apesar disso, o African Renaissance permanece como teoria, por vezes obrigatória, para o estudo da integração regional africana, já que, diversas mudanças ocorreram desde o início do processo, entre as quais a própria mudança do organismo que viria a gerir a integração regional na África.

Outro fato importante a respeito dessa teoria é a sua aplicabilidade prática, advinda principalmente da influência que o pan-africanismo teve para o mundo e o continente africano, no que tange à mudança da ideia de unidade para união da África.

Em se tratando de uma análise superficial, podem não haver diferenças entre esses dois conceitos. Entretanto, a forma como os dois foram colocados para a integração na África é expressiva. A unidade tinha como interface a criação de uma grande organização que seria moldada como uma federação, ideia conhecida como “Estados Unidos da África”. A ideia, entretanto, torna-se falha por muitas razões, sendo a principal um possível neo-colonialismo, agora com os Estados africanos mais fortalecidos comandando os outros mais fracos.

Com a união percebe-se a soma de esforços e de capacidades para que se construa um organismo fortalecido e que venha, no futuro, respeitando todas as etapas do processo de integração e construção de um bloco continental, adquirir força e robustez, especialmente com a democracia implementada e maximizada continentalmente, para que então ocorra a cessão de soberania dos membros para a organização.

### **2.2.1 African Renaissance e a construção da UA**

Apesar de toda a influência pan-africana para a construção de uma iniciativa integracionista africana na década de 1960 e a consecução da mesma em 1963, muitos dos seus preceitos se tornaram defasados, não representando mais a conjuntura com a qual a África se mostrava no cenário internacional.

Assim, em 2002 é criada a UA, uma organização que para muitos não se distancia fundamentalmente da sua predecessora, tendo a mudança do nome sendo apenas um ajuste que mostraria a diferença entre uma organização e a outra.

Porém, é necessário que se evidencie o contexto no qual as duas organizações foram fundadas. A OUA se insere em uma época de libertação do jugo colonizador, tanto na África quanto na Ásia, na qual diversos países do continente africano conquistaram sua independência, sendo essa uma das metas que a organização colocou como primordial para o continente, a independência de todas as colônias no âmbito continental.

Assim, com o sucesso desse objetivo alcançado com o fim do regime do *apartheid* e a independência da África do Sul, a organização inicia uma nova etapa ainda lutando para que os Estados se tornassem mais engajados na continuidade da organização.

Outro fator que contribuiu para o sucesso incompleto da organização foi à falha na integração econômica, que poderia ter trazido uma sobrevida maior para a organização, além de encorajar uma aproximação maior entre os Estados membros.

Com vistas a não destruir e acabar com a integração na África, os chefes de Estados e Governo de 53 Estados africanos se reuniram na África do Sul para a primeira reunião da nova organização de integração africana, a UA.

Entre as metas da organização encontramos semelhanças com os preceitos do *African Renaissance*, que tem como proposta a solução dos problemas africanos a partir de soluções africanas, que venham a modificar a postura africana com relação aos temas de educação, combate à violação de direitos humanos, desenvolvimento humano e econômico, solidificação da democracia e combate à corrupção.

O renascimento proposto pela teoria pode ser expresso de tal forma,

*“African Renaissance is a philosophical and political movement to end the violence, elitism, corruption and poverty that seem to plague the African continent, and replace them with a more just and equitable order”.*(AU ECHO, 2013, p.2)

De forma a consolidar o fim da violência, elitismo, corrupção e a pobreza no continente africano, a UA cria diversos comitês técnicos especializados que se propõe a debater e procurar soluções nos temas que foram designados, sendo os quais: agricultura; relações econômicas; comércio e alfândega; indústria, ciência e tecnologia; transporte, comunicação e turismo; saúde, trabalho e relações sociais; educação, cultura e recursos humanos.

De forma alternativa também foi criada, com vistas a aumentar as ações da organização, a Assembléia de Estados, na qual, os Estados se reúnem ao menos uma vez por ano e tomam decisões de assuntos importantes para o andamento da integração, como a suspensão de Estados por desrespeito com algum artigo ou acordo assinado em encontros da Assembléia.

Outro ponto, não necessariamente novo, mas renovado, é o Parlamento Pan-Africano, que tem como missão a abertura para o debate dos líderes africanos de assuntos que permeiam o meio regional e internacional, bem como a solidificação de uma voz e diplomacia africana no cenário internacional para a defesa dos interesses africanos.

A Comissão da União Africana (CUA) também se torna o órgão regulador das ações da organização sendo, no entanto, vinculado às decisões tomadas na Assembléia. Um fato interessante a respeito da CUA é a eleição do seu presidente, que em acordo informal, sempre tem a maioria dos votos endereçada ao candidato de um país não muito integrado às decisões do cenário internacional; fato esse ocorreu até 2012, quando foi eleita Nkosazana Dlamini Zuma, ex-ministra da saúde sul-africana, para o comando da CUA.

De tudo exposto sobre o *African Renaissance*, fica claro que, apesar de se tratar de uma teoria nova, e muitas vezes nem ser considerada teoria, seus postulados são atuais e implementados pela UA nas suas ações, sempre visando a inserção internacional da África de forma igualitária no cenário internacional, mas também com força e poder para que suas decisões e prerrogativas se tornem reais.

### 2.3 VISÃO PÓS-COLONIALISTA

Outro aporte teórico que pode ser utilizado para o desenvolvimento do tema da integração africana é a teoria pós-colonialista, especialmente pelo seu caráter de “emancipação” das áreas que foram colonizadas, especialmente e principalmente na Ásia, na África e em pequena medida na Oceania.

A teoria pós-colonialista tem em seu mote a prevalência de fazer com que o discurso dos povos das ex-colônias seja ouvido na grande arena internacional existente no mundo, em especial no período da descolonização afro-asiática, quando se questionavam a maneira com que esses novos espaços se tornariam atores atuantes na cena internacional.

Entretanto, uma das principais questões para com a teoria pós-colonialista é precisar quando esse movimento se inicia e o que pode ser chamado de pós-colonialismo. Para

Childs & Williams (1997), o pós-colonialismo pode ser interpretado como o agora, o mundo em que se vive após o período da colonização europeia no mundo, mas também o mundo em que se observam novas mudanças derivadas da descolonização.

Obviamente, os impactos da colonização foram tão notáveis que perpassaram o período colonial, com consequências impactantes e disseminadas pelos ex-colonizados através dos seus escritos de literatura, história, geografia e em menor medida de relações internacionais, que não tiveram tanta notoriedade mundialmente.

No entanto, o pós-colonialismo visa transmitir com esses escritos, em todas as áreas que são abrangidas por essa teoria, a maneira com que os habitantes dessas regiões descolonizadas pensam e escrevem a cerca dos acontecimentos mundiais, trazendo a sua visão e voz para os debates internacionais, quebrando a supremacia do norte, onde estão localizadas as potências que colonizaram, e sul, onde estão as ex-colônias.

Bhabha (1998, p.26) faz uma análise a respeito do que pode ser descrito como a “pós-colonialidade”, condição para que possa ocorrer o pós-colonial, onde

A pós-colonialidade, por sua vez, é um salutar lembrete das relações “neocoloniais” remanescentes no interior da “nova” ordem mundial e da divisão de trabalho multinacional. Tal perspectiva permite a autenticação de histórias de exploração e o desenvolvimento de estratégias de resistência. Além disto, no entanto, a crítica pós-colonial dá testemunho desses países e comunidades – no norte e no sul, urbanos e rurais – constituídos, se me permitem forjar a expressão, “de outro modo que não a modernidade”. Tais culturas de *contra-modernidade* pós-colonial podem ser contingentes à modernidade, descontínuas ou em desacordo com ela, resistentes a suas opressivas tecnologias assimilacionistas; porém, elas também põem em campo o hibridismo cultural de suas condições fronteiriças para “traduzir”, e portanto reinscrever, o imaginário social tanto da metrópole como da modernidade.

Dessa maneira o pós-colonialismo nos permite uma nova percepção de como a metrópole ainda pode controlar as ações das suas ex-colônias, não permitindo que as vozes dos habitantes do Terceiro Mundo e dos espaços descolonizados não possam ecoar como representantes desses países, postura defendida por Gayatri Spivaki no seu famoso escrito “*Can the subaltern speak?*” de 1999.

Logo o pós-colonialismo é uma das oportunidades de expressão dos países descolonizados de poderem expressar sua voz e demonstrar de que maneira a exploração e os anos de opressão das ex-metrópoles afetaram a vida interna de seus países e também oferecer uma forma de transformar as relações antagônicas entre Norte e do Sul.

Outro autor que tem posições sobre o pós-colonialismo e os insere em seus escritos é Edward Said, que em seu livro *Orientalismo*, 2007, apresenta uma síntese sobre a maneira

como o mundo Ocidental enxerga a dinâmica dos fatos na parte Oriental do mundo. Sua forma de escrita também é muito peculiar, pois através de livros de romance e músicas, o autor descreve toda a maneira pela qual foi construída pelas ex-metrópoles uma visão estereotipada do mundo oriental.

Em *Cultura e Imperialismo* (1995), Said escreve de que maneira o imperialismo e a cultura se entrelaçam/entrelaçaram durante o período de exploração das colônias pelas metrópoles européias; nesse ínterim, analisa as bases pelas quais as colônias adquiriram suas independências e os movimentos que as ajudaram nesse processo.

Sobre cultura, particularmente aculturação, o autor escreve o seguinte a respeito do contato da cultura colonizadora com a dos colonizados

[...] uma cultura pode predispor e preparar ativamente uma sociedade para a dominação ultramarina de outra sociedade, ela também pode preparar essa primeira sociedade para renunciar ou modificar a idéia de dominação no ultramar. Essas mudanças não podem ocorrer sem a vontade das pessoas em resistir às pressões do domínio colonial, em tomar as armas, em conceber idéias de libertação e imaginar (...) uma nova comunidade nacional, em dar o passo decisivo. [...] (SAID, 1995, p.255)

Em relação à África o pós-colonialismo pode ser encontrado nas obras de Kwame Appiah, em especial no seu livro *Na casa de meu pai* (1997) onde de maneira direta e mordaz descreve o pós-colonialismo na África da seguinte forma

[...] é a condição que poderíamos chamar, de maneira pouco generosa, uma intelectualidade *comprista*: a de um grupo de escritores e pensadores relativamente pequeno, de estilo ocidental e formação ocidental, que intermedeia, na periferia, o comércio de bens culturais do capitalismo mundial. No Ocidente, eles são conhecidos pela África que oferecem; seus compatriotas os conhecem pelo Ocidente que eles apresentam à África e por uma África que eles inventaram para o mundo, uns para os outros e para a África. [...] (APPIAH, 1997, p.208)

A fala de Appiah expõe outro lado da teoria pós-colonialista que pode passar despercebido, especialmente pela forma apaixonada com que os seus teóricos a trabalham, mas ocorrem desencontros entre os escritores, uma vez que, não há ainda uma escola difundida no mundo subdesenvolvido que possa fazer frente à dominação que ocorre com os escritos ocidentais.

O que acontece é não mais que uma representação do espaço geográfico do qual se pretende argumentar, e assim difunde-se ainda mais esse desconhecimento mesmo sobre o que pode ser qualificado como pós-colonial, ou mesmo da periodização, como foi falado anteriormente.

No entanto, a sua análise é de primordial importância, não apenas pelos grandes nomes que se propõe a integrar o corpo da teoria pós-colonialista, mas pela sua visão de que o mundo em desenvolvimento ou Terceiro mundo pode provocar mudanças no comportamento e ações das nações desenvolvidas para com os mesmos.

A análise pós-colonialista pode ser colocada como uma alternativa para que a África possa definir a sua inserção internacional, que permite visualizar esse embate existente entre o Norte desenvolvido e capitalista e o Sul subdesenvolvido e sem recursos tecnológicos que façam volume de capitais.

É claro que essa análise se torna um pouco vaga e mesmo antiquada ao analisarmos atualmente o cenário internacional, onde se utiliza a nomenclatura de país desenvolvido, equivalente ao Norte, e a nomenclatura de subdesenvolvido equivalente ao Sul.

Entretanto, os mesmos problemas ainda permeiam a relação entre os países subdesenvolvidos e desenvolvidos, que podem ser explicitamente visualizados na economia, no qual o comércio internacional é realizado a partir da lógica da venda de commodities dos países subdesenvolvidos, com a compra das mesmas pelos países desenvolvidos, que as transforma em produtos de alto grau tecnológico e as comercializam com preços altíssimos para os países subdesenvolvidos.

O pós-colonialismo pode analisar essa situação com seus teóricos, que visualizam essa dominação do sul pelo norte, que apesar de estar em processo de desenvolvimento, ainda se encontram muito atrasados em quesitos como inovação tecnológica e instituições democráticas.

Muito desse atraso se deve também pela grande exploração realizada pelas ex-metrópoles, o norte desenvolvido, para com o sul subdesenvolvido, que gerou essa dependência nas suas ex-colônias, devido principalmente ao uso desenfreado dos recursos naturais que as colônias tinham e estavam intactos.

Além dessa dependência, outros problemas surgiram com o fim do pacto colonial, como a extrema pobreza nos países recém criados, as elites corruptas que construíam seu patrimônio através de concessões para que as ex-metrópoles pudessem continuar depredando os recursos naturais ainda existentes nas ex-colônias e também a migração desenfreada dos habitantes, agora não mais colonizados, em direção aos países desenvolvidos, em especial a ex-metrópole que regulava o pacto colonial.

Enfim, a luta da África para a construção de uma nova imagem, fortalecida com a integração regional e o avanço na economia internacional, bem como a resolução de vários problemas através dos anos, pode ser identificada com o pós-colonialismo, na medida em que essa imagem mostra o resultado da luta africana contra as imposições do “mundo desenvolvido”, demonstrando o seu poder de persuasão e influência no sistema internacional.

### **2.3.1 Análise pós-colonialista da União Africana**

Na cimeira dos estudos pós-coloniais se fala de estudar maneiras que venham a diminuir o fosso existente entre as divisões Norte e Sul do mundo. Uma alternativa que pode ser encontrada para tal é a integração regional, em especial nos espaços assolados anteriormente pela colonização, como o caso da África.

A ideia da integração regional na África sempre permeou o objetivo de tornar o continente um corpo sólido e unido de forma a se tornar ator de peso nas relações internacionais, fazendo frente aos desígnios das nações mais desenvolvidas, sem se conformarem com decisões que pudessem vir a agravar ainda mais a situação no continente.

Com a OUA se dá o início desse sonho de uma África fortalecida pelos africanos e pelos descendentes dos africanos deslocados pelo tráfico negreiro para outras partes do mundo, que com os Estados Unidos da África levariam essa visão adiante, continentalmente e a posteriori internacionalmente.

No entanto, com as sangrentas guerras de independência eclodindo por vários países africanos e a inabilidade de gerenciamento da OUA, o sonho se tornou distante e mais uma ilusão do que uma possibilidade real; sem levar em conta do nível de democracia que imperava no continente e dificultava ainda o trabalho da organização.

Um novo sopro de vida começou a soprar quando se repensou o alcance e mesmo a modificação e inserção de alguns mecanismos que viessem a colaborar e fortalecer a integração na África. A primordial mudança no âmbito integracionista foi a modificação da OUA pela UA, fato este visto com certa desconfiança tanto interna quanto externa.

A integração tornou-se algo muito mais palpável com a reformulação da organização e lançamento da UA em 2002, já que, se levarmos em conta o contexto internacional do momento, a África tinha pouca visibilidade internacionalmente, com a mídia focando apenas em notícias relacionadas à fome, miséria ou a epidemia do vírus HIV.

A inserção dos fundamentos e finalidades dos órgãos da UA também se destaca como um diferencial dessa em relação à organização anterior, onde não sobressaíam os papéis de cada órgão no aprofundamento da integração no continente.

Trazendo o aspecto pós-colonial, entende-se a UA como uma forma de libertação do jugo opressor do neocolonialismo operado pelas novas potências mundiais, que ainda tem a África como uma terra cheia de riquezas e sem capacidade operacional para trabalhar e produzir inovação que gere desenvolvimento para seus países e que leve uma boa imagem do continente para o mundo.

A luta para se estabelecer como um continente formado por países independentes e capazes de se inserirem internacionalmente e atrair fluxos de comércio e negociações para a sua auto-suficiência é o principal mote que pode se estabelecer com a teoria pós-colonial, já que, é o embate do Sul contra o Norte na ordem mundial estabelecida após a Guerra Fria.

Institucionalmente, o papel da Assembléia da União Africana (AUA) foi aumentado e hoje, juntamente com a CUA, é o órgão supremo da organização e que dita as regras de como e porque determinada situação se torna relevante para o espectro da integração na África.

A utilização das CER'S como promulgadoras das políticas integracionistas econômicas também é relevante para UA, já que, se torna descentralizada a atuação da CEA no continente, que pode promover as diretrizes econômicas para a África com o auxílio que as CER'S podem oferecer para os países que integram esses entes menores da integração econômica africana.

Assim, a ênfase pós-colonial na integração africana se dá com o estabelecimento da UA e o papel que esta organização se propôs a desempenhar, tanto no continente como em fóruns internacionais, seja com a criação de uma imagem do que é o continente concretamente, quanto no embate que viesse a ter com os países desenvolvidos na aplicação de decisões e soluções que viessem a beneficiar completamente o continente africano.

O Pós-Colonialismo, assim como o African Renaissance e o pan-africanismo, portanto, não podem ser dissociados da integração na África, visto que, todos esses campos teóricos adicionam aspectos de seus estudos que podem ser utilizados no processo de criação de políticas para o continente africano.

A utilização dessas três teorias é fundamental para uma ampla compreensão do processo de integração regional africana, já que, propõe uma África unida por seus habitantes, no pan-africanismo, um renascimento de práticas ancestrais que tragam desenvolvimento para

o continente, no African Renaissance, e por último, uma libertação dos desígnios dos países desenvolvidos para que possa ter uma voz sua e com participação ativa no sistema internacional, no pós-colonialismo.

As três teorias têm aspectos que se complementam e que podem ser incorporados ao processo de integração africana, e mesmo auxiliar para que o processo se torne cada vez mais profundo e traga outros atores, além dos Estados nacionais, para que assim o debate do que é ou não importante para o futuro da África seja construído de forma a abarcar pontos que tragam mais e mais benefícios para o povo africano.

Finalmente, através dos pressupostos das teorias, pode se depreender que a integração africana está no caminho certo. Entretanto certas ações como a construção de uma voz com capacidade de enfrentamento dos países desenvolvidos nos fóruns internacionais e a inserção da sociedade civil dos estados é fundamental para que se alcance uma iniciativa de integração fortalecida e com capacidade de resposta aos desafios que venham a aparecer no sistema internacional dinâmico que existe atualmente.

### **3 INFLUÊNCIA AFRICANA NO CENÁRIO INTERNACIONAL**

Em relação à instituição da integração regional na África, percebe-se que o processo não ocorreu de forma muito coesa ou coerente, já que o estabelecimento da OUA ocorreu como forma de demonstrar o poder etíope, como único país não colonizado no continente.

No caso da UA a renovação se deu com a inserção de cláusulas e do esclarecimento do papel que cada um dos novos e antigos órgãos teriam a desempenhar nessa nova fase do processo de integração regional da África, além de uma reinserção internacional do continente africano.

Dando sequência ao nosso estudo, propõe-se agora uma análise da influência africana no sistema internacional, na qual, serão estudados documentos finais de conferências, seminários e eventos de algumas organizações internacionais, de forma a se perceber a influência ou não da África nesses fóruns internacionais.

Essa análise também nos permitirá entender de que forma a UA exerce influência ou não, para que as decisões desses fóruns beneficiem o continente africano, em especial seus membros e todo o espectro da organização e da integração regional na África.

#### **3.1 ATUAÇÕES DO PNUD**

Com a descolonização africana o mundo vira seus olhos para esse espaço geográfico que tanto sofreu e ainda sofre as mazelas deixadas por séculos de exploração desenfreada de países europeus que tinham ambição e buscavam novos destinos para geração de maior receita para seus países, bem como matéria-prima para ser utilizado na industrialização dos mesmos.

Os prejuízos, no entanto, apesar de na teoria parecerem menores do que os lucros deixaram um saldo negativo incomensurável para a África, com a criação de países nascendo em meio a conflitos com populações rivais alocadas no mesmo território, sem falar nas frágeis economias e no nível baixíssimo de democracia na maioria dos novos Estados.

No entanto, começam a gerar laços entre as nações com o intuito de parcerias, entre os próprios países africanos, com vista a solucionar esses diversos problemas deixados pela colonização das metrópoles. Diversas unidades parceiras foram criadas entre os novos Estados com vista a acelerar e dinamizar a situação econômica e política dos mesmos.

Essas unidades parceiras podem ser apontadas como as incentivadoras principais da criação das CER's, levando em conta que a adoção de políticas econômicas se viabiliza com

as possibilidades existentes em cada país, o que leva a crer que uma associação menor entre países é mais suscetível a alcançar sucesso em um curto prazo de tempo.

Com a mudança da ordem mundial, com outros temas permeando o debate na cena internacional, o continente teve um olhar mais próximo e sensível de organizações internacionais com vistas a buscar alternativas que gerassem maior desenvolvimento no continente e reduzissem a pobreza extrema que assolava grande parte dos países africanos.

Outra razão para esse olhar afável à África se dá pela campanha do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM), que estabeleciam metas que os países no mundo deviam seguir para que se alcançasse maior equidade social mundialmente.

Entre essas metas está a erradicação da pobreza e da fome, dois dos problemas que assolam a África, em especial a região subsaariana, diminuindo a expectativa de vida e gerando insegurança alimentar em uma grande parcela da população dos países africanos.

Também na década de 1990 é publicado pela primeira vez, pelo PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede de que forma os governos de vários países do mundo estão trabalhando para alcançar um patamar maior no desenvolvimento de suas populações, através de dados estatísticos, sendo estes: expectativa de vida, anos de escolaridade e renda per capita.

Em 2012 é publicado pelo órgão o *Africa Human Development Report 2012: Towards a Food Secure Future*, relatório no qual é avaliada a situação da África subsaariana no que diz respeito ao desenvolvimento, insegurança alimentar, redução da pobreza e alcance das MDM.

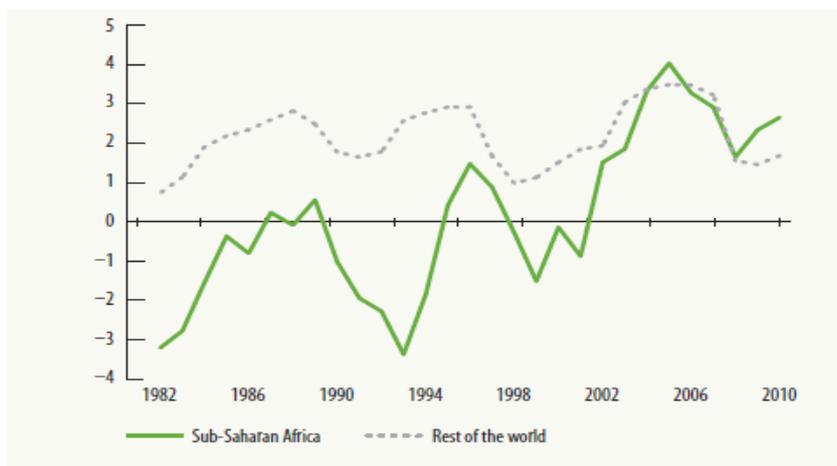
Este relatório foi o primeiro realizado pelo PNUD a medir o nível de desenvolvimento humano na região e tem em seu cerne a preocupação de expor de que forma a insegurança alimentar e o combate a essa situação pode elevar o nível de desenvolvimento humano na região e na África como um todo.

O ponto central do relatório é a avaliação do nível de desenvolvimento humano, aliado com o crescimento econômico da região e interligado com a redução da insegurança alimentar e o combate da mesma, o que levaria a um nível de desenvolvimento maior.

Um dos destaques dos dados diz respeito ao crescimento econômico da região que cresceu 6,5% no período compreendido entre 2004 e 2008, com uma redução para 3,8% devido à emergência da crise mundial em 2009 (PNUD, 2012, p.17). A partir de 2010, no

entanto a estimativa é que se alcance o patamar de 5% de crescimento no ano, com aumento na renda per capita, colocando a África a frente nesse quesito com relação ao resto do mundo.

Gráfico 1: Comparação do crescimento econômico entre a África subsaariana e o resto do mundo



Fonte: Adaptado de PNUD, 2012, pág. 18.

O gráfico nos mostra o crescimento econômico na África subsaariana, com uma pequena mudança nos números do crescimento econômico na comparação dos anos 1980 e 1990, se percebendo um salto nos anos 2000, chegando a ultrapassar o crescimento do resto do mundo em 2006 e 2010.

Apesar do (IDH) da região apresentar mudanças em torno de 15%, baseado no gráfico acima, o mesmo não pode ser dito da redução de crianças com baixo peso e atraso de crescimento quando se comparado com a redução na Ásia, com exceção do Japão.

O que pode ser inferido aqui é que a relação entre crescimento econômico e desenvolvimento humano não pode ser aqui colocado com sucesso, variando de diversas circunstâncias que devem ter levado a esse resultado, mas especialmente a má gestão do dinheiro dos ganhos advindos do crescimento econômico.

Apesar dos dados apresentarem resultados negativos e positivos para a região, no geral, o resultado da publicação se torna um trunfo para o continente como um todo, pois exemplifica em números o quanto a África, em especial a região subsaariana, tem alcançado para mitigar a pobreza e a insegurança alimentar, reduzindo o pessimismo muitas vezes

disseminado pela mídia e pelo senso comum a respeito da falta de conhecimento dos fatos no continente.

O crescimento econômico, no entanto, proporcionou uma mudança no IDH de alguns países da região, como exemplificado na tabela abaixo, mostrando que entre os 15 países do mundo que melhoraram seu desempenho no índice 9 são africanos, e da região subsaariana com Ruanda liderando no continente, tanto no índice que mede a renda oficial quanto a renda não associada à pobreza.

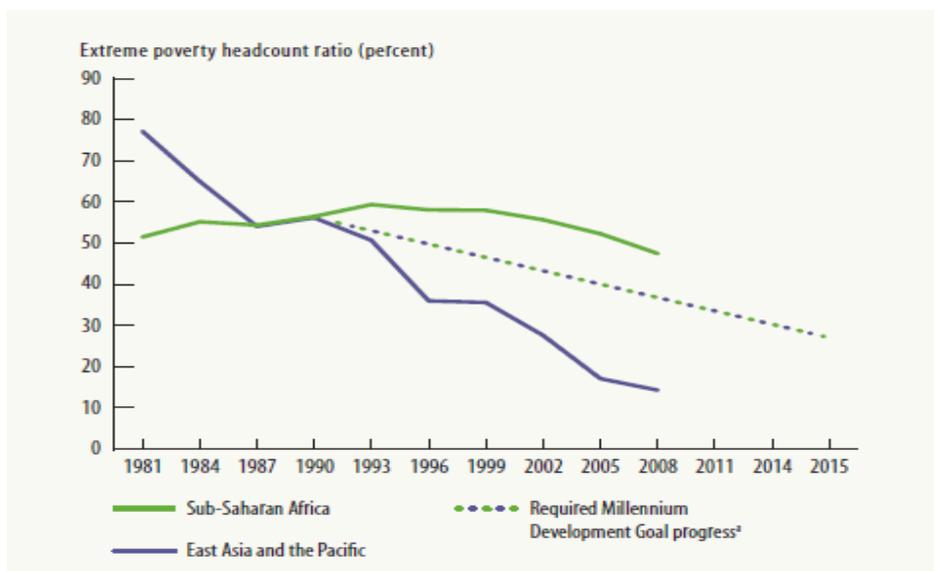
Figura 1: Top 10 dos países subsaarianos que mudaram sua posição no IDH de 2000-2011

GLOBAL RANK	HDI	GLOBAL RANK	NONINCOME HDI
2	Rwanda	2	Rwanda
3	Sierra Leone	3	Niger
4	Ethiopia	4	Burundi
5	Mozambique	5	Mali
6	Mali	7	Tanzania
7	Burundi	8	Ethiopia
8	Niger	9	Sierra Leone
9	Tanzania	10	Mozambique
10	Congo, Dem. Rep. of the	11	Angola
12	Angola	12	Liberia

Fonte: Adaptado de PNUD, 2012, p. 18.

A atuação do PNUD também se dá pela aproximação do fim período de cumprimento das MDM, que devem ser alcançadas até o fim do ano de 2015. Apesar de todos os avanços no nível de desenvolvimento humano da maioria dos países do continente africano, a redução da pobreza ainda é muito incipiente quando se comparada com a mesma ocorrida na Ásia ou com a redução estipulada nas MDM.

Gráfico 2: Redução da pobreza per capita



Fonte: Adaptado de PNUD, 2012, pág.19.

A redução da pobreza na África subsaariana, apresentada no gráfico 2, mesmo tendo sido crescente no período dos anos 1980 até 2011, ainda não é suficiente para se igualar à redução apresentada no mesmo período na Ásia e no Pacífico e ainda está um pouco longe de alcançar o patamar estabelecido pelas MDM.

É necessário que se parta de outro olhar para o continente africano, partindo de *policy-makers* e instituições que tenham melhor visão do que acontece no continente, ou seja, ações de experts do próprio continente que possam com recursos existentes na própria África encontrar soluções que possibilitem um desenvolvimento mais igual e humano.

Outro olhar que pode ser dado ao continente é o de uma organização internacional, que enxergue o continente como um todo e assim trabalhe em um comitê que abrange todas as regiões da África, sem a distinção existente entre África subsaariana e do norte.

Os próprios rendimentos gerados pelo crescimento econômico sem precedentes nos últimos anos devem ser mais bem empregados de forma a manter e construir projetos que venham a melhorar a condição de vida dos habitantes da África como um todo, não apenas a da região subsaariana.

A ação da UA deve ser mais bem utilizada nesse sentido, uma vez que, apesar de ser a maior iniciativa de integração africana tem poucas ações concretas por parte da Comissão da

União Africana (CUA) ou de algum de seus comitês é visualizada para o *empowerment* ou mesmo alívio desse subdesenvolvimento que a região apresenta já há séculos.

### 3.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO: NOVAS POSSIBILIDADES E *AID-FOR-TRADE*

No mundo da globalização e da diversificação de mercados, a África, como já discutido anteriormente, vem apresentando um surto de crescimento econômico e de participação nas trocas comerciais no mundo, em vista da venda de *commodities* como produtos agrícolas e extração de recursos naturais como no caso do petróleo na Nigéria e em Angola.

No caso de Angola, o país é considerado uma das economias com crescimento mais rápido no mundo, alcançado crescimento de 5,1% em 2013 e com projeção de 7,4% para 2014 e de 8,8% para 2015, de acordo com *African Renewal*, publicação mensal do *United Nations Department of Public Information* (UNDPI), responsável pela divulgação de reportagens a respeito do continente africano.

Para Angola, no entanto, a exploração de petróleo não tem trazido tantos benefícios para a população como se imaginava, sendo a baixa empregabilidade de angolanos nas petrolíferas que explorarão a retirada do petróleo na costa de Cabinda e nas águas profundas da bacia do baixo Congo.

Não se trata necessariamente de um prejuízo para a receita do país, entretanto, mais de 50% da população jovem do país está desempregada e a concentração de esforços no governo está justamente em aproveitar as receitas provenientes da exploração desses poços de petróleo, esquecendo da distribuição da renda entre a população, bem como da diversificação da economia, apontada pela *African Renewal* como uma das principais causas para o baixo nível de confiança para investimentos de estrangeiros no país.

A situação em Angola apenas ilustra o retrospecto que a África vive, com o desmantelamento do pacto colonial e a perpetuação de elites atreladas aos desígnios das ex-metrópoles, que de certa forma “capacitou” o continente a se manter nessa esfera de mera vendedora de matéria-prima e receptora de mercadorias manufaturadas.

No entanto a situação em Angola ainda é satisfatória, tendo em vista sua posição geográfica estratégica, com saída para o Atlântico, o que possibilita o escoamento mais rápido de sua produção, seja de petróleo ou outro tipo de produto, o que já não se pode colocar como

verdadeiro para todos os países africanos, já que, os *Landlocked Developing Countries*<sup>8</sup> (LLDC) do continente, possuem hoje de acordo com relatório da *United Nations Economic Commission for Africa*, (UNECA, 2013, p.5)

*“[...] Whether in terms of export or import costs, Landlocked Developing Countries (LLDCs) stand out for their disproportionately high trade-related costs, mainly on account of the significantly higher costs for inland transportation. Indeed, in the case of some LLDCs, such as Botswana, Burundi, Malawi, Rwanda, Zambia, and Zimbabwe, inland transportation costs reached such an exorbitant level, that they accounted for over 70% of the total import/export costs. [...]”*

Esse resultado negativo é visualizado em vista do baixo nível de infra-estrutura da região para o desenvolvimento dessa capacidade e mesmo do governo dos países para alavancar a infra-estrutura interna dos mesmos.

Tal situação foi pontuada em relatório escrito em parceria com o *African Development Bank* (AfDB), Organização Mundial do Comércio (OMC) e a *United Nations Economic Commission for Africa* (UNECA), onde representantes dessas entidades e das CER's se reuniram em Dar es Salaam, Tanzânia, com vistas a discutir de que forma a *aid-for-trade* é necessária e quais as medidas para serem postas em prática, para que se alcancem resultados concretos na África.

Tendo em vista a dimensão geográfica do continente, as discussões das CER's foram organizadas, no relatório, por regiões, sendo as mesmas: África Central e Ocidental, África Oriental e Austral e África do Norte; essa divisão facilitando e agilizando as deliberações na reunião, bem como os resultados das mesmas colocados no relatório.

Quanto à região da África Central e Ocidental, o relatório afirma que

*“The difficulty of linking to world markets in much of West and Central Africa was highlighted by several participants who cited high trade costs, weak institutions, and fragmented infrastructure as key obstacles. A main theme was that existing liberalization and integration initiatives, including plans to move towards effective free trade areas or customs unions, need to be complemented by capacity building at the national and regional level, building upon programmes already being designed by the RECs.(UNECA et.al, 2007, p.6)”*

No caso dessa região, a alternativa para o uso da *aid-for-trade*, seria o de dinamizar a consecução de áreas de livre comércio e acordos de redução de tarifas alfandegárias, já que, a região concentra um grande número de LLDC, o que facilitaria e diminuiria os impostos no trajeto de um país a outro.

Nesse sentido a *aid-for-trade*, é uma assistência para que o comércio de uma determinada região, nesse caso a África e suas sub-regiões, dinamize as suas trocas

---

<sup>8</sup> Países em Desenvolvimento sem saída para o mar em tradução livre.

comerciais, provida com o intuito de reduzir a dependência das trocas comerciais existentes entre os países desenvolvidos e os africanos, em sua maioria subdesenvolvidos, e que mantém a dependência dos últimos para com os primeiros.

Assim, é necessária uma participação maior do setor público para a consecução desses projetos que podem trazer um desenvolvimento maior para o seu país, reduzindo para os LLDC as barreiras para o transporte e escoamento da produção para o porto de outro país com saída para o mar.

Com relação à África Oriental e Central,

*“Regional integration is a key policy objective in East and Southern Africa assisted by strong and expanding cooperation among the three key RECs – COMESA, SADC and the EAC. The RECs have comprehensive programmes in place to address key trade capacity challenges in the region, i.e., trade policy capacity- building, trade facilitation, connectivity infrastructure, and adjustment assistance. The main challenge is to mobilize adequate resources to implement these programmes [...] (UNECA et.al, 2007, p.6)”*

No caso das regiões oriental e centro-africana, se vislumbra mais uma vez o fortalecimento das CER’S como facilitadoras e condutoras do desenvolvimento do comércio na região, em parceria com o governo público, já que a maioria dos aportes de recurso nessas regiões são vindas de investidores do setor privado, o que causa um não aproveitamento total da capacidade que o projeto poderia ter no plano interno dos países da região.

Por fim na África do Norte,

*“Trade is already centrally important to North African economies, but much more progress was needed on regional integration.(...) One study suggests that deep integration among Maghreb countries, combined with open regionalism, could increase GDP by 50% over ten years. (UNECA et.al, 2007, p.6)”*

O que se percebe na região norte do continente africano é o baixo nível de percepção da integração do comércio, e também regional, como um instrumento de aumento e o melhoramento da relação entre os países que a compõe, dentre eles a Líbia que tem um alto nível de desenvolvimento humano.

Assim uma solução para os africanos do “Norte” é uma integração ainda maior no seu comércio, utilizando-se das suas potencialidades e uma combinação com um regionalismo aberto, sem necessariamente uma subserviência a apenas uma iniciativa de integração regional, mas a participação em várias outras com vista a alavancar as suas trocas comerciais.

Assim a *aid-for-trade*, em qualquer região do continente africano a ser utilizada trará enormes benefícios se for aplicada de forma a mobilizar agentes públicos, iniciativa privada e

outros investidores, com a visão de dinamizar o comércio na África como um todo, especialmente pelo uso das suas capacidades produtivas promovendo o desenvolvimento econômico total para o continente.

Ou seja, é necessário que se inicie a *aid-for-trade* com a consciência, tanto por parte do receptor quando do doador da ajuda, que essa experiência será a de melhorar a dinâmica existente no continente e não embutir uma mudança radical na forma como o comércio se dá no continente africano.

Uma ressalva que se faz está no amadurecimento ou mesmo a criação de uma dinâmica comercial não existente entre as regiões citadas, com cooperação entre as CER'S de forma a promover e difundir práticas de sucesso no seu espaço regional para as suas correspondentes em outras regiões da África.

### 3.3 OMS: UM BREVE BALANÇO DA OMS NA ÁFRICA

Em se tratando da saúde no continente africano, toma-se de início o alastramento de diversos tipos de doenças que se tornaram epidemias, algumas pandemias, iniciadas com pequenos casos em algum país africano e se alastraram pelo continente e também pelo mundo.

O ano de 2014 é emblemático nesse aspecto, com o surto de ebola surgido na África Ocidental, especialmente em Serra Leoa, Libéria e Guiné, o qual vem causando um debate maior em relação à quais medidas devem ser tomadas para que se contenha e mesmo acabe, mesmo que temporariamente, com essa doença em território africano.

Antes mesmo de toda essa cobertura midiática que a doença vem gerando internacionalmente, a OMS vem realizando estudos e desenvolvimento de mecanismos que venham a proporcionar uma melhor saúde para os habitantes do continente africano, tanto no que concerne ao combate de doenças como também para um melhor desenvolvimento da qualidade da saúde no continente.

Em 2014 também foi publicado o *African Regional Health Report*, no qual são detalhadas ações que a OMS tem desempenhado no continente na tentativa de promover uma estratégia “*for addressing the key determinants of health in the Region encourages countries to set up a task force for social determinants of health and establish coordination units at all levels of government and across all sectors*” (OMS, 2014, p.89).

Assim, maior participação do governo e articulação com a OMS e outros organismos, com o fim de aumentar a saúde da população e reduzir o número de novos casos de doenças,

já endêmicas na região, é vital para que se alcance esse objetivo e crie padrões a serem utilizados no continente e também em outras partes do mundo.

Um dos exemplos de resultados positivos dessa parceria, para a diminuição da ocorrência de casos de uma doença, pode ser visto com o HIV em que se aumentou o acesso ao uso de medicamentos retrovirais

*“By the end of 2012, a total of 7 524 000 people in need of treatment were receiving ART, an increase of more than 100% from 3 192 000 in 2009. The expansion of access to ART has been particularly impressive in the eastern and southern Africa subregions that account for about 50% of all people living with HIV and where, by 2012, almost 6.4 million people were receiving ART. (OMS, 2014, p. 60)”*

Assim percebe-se que de forma articulada e com a formação de parcerias a saúde no continente africano pode ser cada vez melhorada, apesar de algumas exceções como no caso do surto de ebola em curso, e é mais uma vez reflexo da atuação de uma organização internacional no continente africano, de forma a melhorar e desenvolver o continente.

### 3.4 PARTICIPAÇÃO INTERNACIONAL AFRICANA E O PAPEL DA UA

De forma resumida, percebe-se que a atuação internacional no continente africano se dá de forma a desenvolver práticas que possam impulsionar o continente a um maior desenvolvimento no futuro próximo. No entanto, ainda não se percebe totalmente a atuação da UA de forma a criar parcerias com vistas a melhorar a inserção internacional africana, em vista do seu caráter regional e o seu alcance no continente.

Outra ressalva se dá à penetração internacional na África de diversas organizações internacionais, de forma a “diminuir” os estragos provocados por anos de colonização no continente. De outra maneira, no entanto, essa atuação gera uma espécie de neocolonialismo, onde o continente se torna cada vez mais dependente de ajuda internacional.

Correto se afirma que a maioria dos países africanos ainda não tem bases sólidas para gerir seus recursos, ou mesmo desenvolver suas potencialidades no máximo de suas capacidades, devendo se repensar projetos que tragam para a UA maior participação na gestão e execução de tais projetos que criariam uma dinâmica para solução de problemas africanos com soluções africanas.

Assim, inicia-se agora uma busca de forma a elencar, de que maneira ou não, a participação africana em debates e fóruns internacionais ocorreu mediante a participação da UA, ou de grupos de países representando a organização, de forma a acelerar e dinamizar a percepção do continente africano no cenário internacional.

A mesma se efetivando através da construção de tabelas e números percentuais, que venham a corroborar ou não a hipótese de uma maior participação africana no cenário internacional, com a influência da UA.

### 3.4.1 Participação africana na OMC

A primeira organização internacional escolhida para mensurar a participação africana no sistema internacional é a Organização Mundial do Comércio (OMC), vista a crescente participação dos países africanos, tímida, porém crescente, no comércio internacional. Assim torna-se uma análise essencial para mensurar o desempenho africano na organização, bem como o desempenho da UA em dinamizar o mesmo.

A maneira de mensurar a participação dos países africanos, foi através da análise dos documentos provenientes de 4 reuniões ministeriais da organização, realizadas nos anos de 2003,2005,2009 e 2013, sendo que os anos de 2007,2011 e 2014 não estavam disponíveis na base de dados da organização.

Tabela 1 – Participação africana nas Reuniões Ministeriais da OMC

País	Participação como membros plenos ou observadores na OMC			
	2003	2005	2009	2013
África do Sul	M P	M P	M P	M P
Angola	M P	M P	M P	M P
Argélia	M O	M O	M O	M O
Benin	M P	M P	M P	M P
Botswana	M P	M P	M P	M P
Burkina Faso	M P	M P	M P	M P
Burundi	M P	M P	M P	M P
Cabo Verde	M O	M O	M P	M P
Camarões	M P	M P	M P	M P
Chade	M P	M P	M P	M P
Congo	M P	M P	M P	M P
Costa do Marfim	M P	M P	M P	M P
Djibouti	M P	M P	M P	M P
Egito	M P	M P	M P	M P
Eritrêa	MO	MO	MO	NP
Etiópia	MO	MO	MO	MO
Gabão	MP	MP	MP	MP
Gâmbia	MP	MP	MP	MP
Gana	MP	MP	MP	MP

<b>Guiné</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Guiné Equatorial</b>	MO	MO	MO	MO
<b>Guiné-Bissau</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Ilhas Comores</b>	MO	MO	MO	MO
<b>Ilhas Maurício</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Ilhas Seychelles</b>	MO	MO	MO	MO
<b>Lesoto</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Libéria</b>	MO	MO	MO	MO
<b>Líbia</b>	MO	MO	MO	MO
<b>Madagascar</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Malauí</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Mali</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Marrocos</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Mauritânia</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Moçambique</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Namíbia</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Níger</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Nigéria</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Quênia</b>	MP	MP	MP	MP
<b>República Centro Africana</b>	MP	MP	MP	MP
<b>República Democrática do Congo</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Ruanda</b>	MP	MP	MP	MP
<b>São Tomé e Príncipe</b>	MO	MO	MO	MO
<b>Senegal</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Serra Leoa</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Suazilândia</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Sudão</b>	MO	MO	MO	MO
<b>Tanzânia</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Togo</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Tunísia</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Uganda</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Zâmbia</b>	MP	MP	MP	MP
<b>Zimbábue</b>	MP	MP	MP	MP

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados obtidos em: [www.wto.org](http://www.wto.org).

A tabela 1 apresenta a participação dos países africanos nas reuniões ministeriais da OMC, onde a sigla MP é utilizada para designar a participação como membro pleno da organização, a sigla MO designa a participação como membro observador e a sigla NP indica a não participação na reunião.

Observam-se, com a tabela acima, poucas mudanças ocorridas no que tange à participação dos países africanos nas reuniões ministeriais da OMC, havendo uma média de 41 países membros como membros plenos e com voz nas reuniões e uma média de oito a nove países como membros observadores.

Colocando em porcentagem a participação dos membros africanos vem caindo ao longo dessas reuniões, quando na reunião de 2003, participaram 146 membros plenos, com 41 membros africanos gerando uma porcentagem de 28,1% de participação na reunião. Em 2005, essa taxa cai para 27,5%, já que, com 149 membros plenos, a participação de países africanos como membros plenos manteve-se com 41 membros africanos participantes, ou seja, não houve acréscimo ou mesmo decréscimo de algum membro africano de não participação no encontro bienal da OMC.

Em 2009, com a participação de 153 membros plenos na reunião desse ano, a participação africana teve um aumento de 41 para 42 países, gerando uma porcentagem de 27,4 %, com redução de um ponto percentual em vista da não ascensão dos membros africanos observadores para a categoria de membro pleno. Em 2013, a participação africana cai para 41 países, com o total de membros plenos aumentando para 158, o que gera um número de 26,9% na medição de participação nas reuniões ministeriais da OMC.

A UA esteve presente em todas essas reuniões. Entretanto, percebe-se que a sua atuação não foi satisfatória no que diz respeito a uma maior voz e participação dos países africanos no âmbito da OMC.

Contudo, a participação de grupos de países africanos vem gerando decisões favoráveis para a África e mesmo para o mundo, como a propositura em 2003 feita por Chade, Mali, Benin e Burkina Faso, pela qual foi proposta uma iniciativa em favor do cultivo de algodão nos países, sendo vitoriosa com a mesma sendo referendada com um prazo de três anos para a retirada de subsídios no plantio do algodão nos mesmos países.

Essa conquista dos quatro países se espalhou por outros países através do continente africano, como Níger, Camarões e outros produtores de commodities na África, o que mostra uma maior influência dos países africanos no andamento de outras reuniões que ocorrem simultaneamente nas reuniões ministeriais.

Em 2009, não houve documentos com participação africana ou mesmo com intervenções por parte da UA. No entanto em 2013, na *Conference of the African Union*

*Ministers of Trade*<sup>9</sup>, foi acordada entre seus membros a participação da UA como um bloco com voz única do continente africano.

Entretanto, essa decisão não foi suficiente para aumentar a participação africana na OMC, tornando a participação dos países africanos baixa, e sem muitos resultados satisfatórios para o continente de forma geral e não trazendo grande diferença na atuação da UA como âmbito para uma criação de voz africana, no caso da OMC.

### 3.4.2 Participação africana na OMS

Outra organização internacional de destaque e que toma decisões que são executadas no mundo todo é a OMS, onde se discutem assuntos de relevância para a promoção de uma saúde mais igualitária a nível mundial.

Assim, a participação africana em uma organização desse porte é um bom termômetro para se identificar de que forma a UA tem incentivado e consolidado práticas, especialmente da construção de uma diplomacia africana, de forma a traçar um caminho para o continente africano, já que, apesar de um crescimento econômico muito grande, o nível da saúde e da qualidade de vida ainda é muito baixo na maioria dos países africanos.

Da mesma forma que a análise feita para a comprovação de uma participação maior do continente africano nas conferências ministeriais da OMC, com a OMS o mecanismo se dará da mesma forma, sendo que agora serão analisados os documentos provenientes das Assembléias Mundiais da OMS dos anos de 2008 a 2014.

Tabela 2 - Participação africana nas Assembléias Mundiais de Saúde da OMS

<b>Participação nas Assembléias Mundiais de Saúde da OMS</b>						
<b>País</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>África do Sul</b>	x	x	x	x	x	x
<b>Angola</b>	x	x	x	x	x	x
<b>Argélia</b>	x	x	x	x	x	x
<b>Benin</b>	x	x	x	x	x	x
<b>Botswana</b>	x	x	x	x	x	x
<b>Burkina Faso</b>	x	x	x	x	x	x
<b>Burundi</b>	x	x	x	x	x	x
<b>Cabo Verde</b>	x	x	x	x	x	x
<b>Camarões</b>	x	x	x	x	x	x

<sup>9</sup> Realizada em Addis-Ababa, Etiópia, nos dias de 24 e 25 de Outubro de 2013.

<b>Chade</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Comores</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Congo</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Costa do Marfim</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Djibouti</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Egito</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Eritr�ia</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Etiópia</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Gab�o</b>	X	X	X	X	X	X
<b>G�mbia</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Gana</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Guin�</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Guin� Equatorial</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Guin�-Bissau</b>	X	X	X	X	-	X
<b>Ilhas Maurício</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Lesoto</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Libéria</b>	X	X	X	X	X	X
<b>L�bia</b>	X	X	X	-	X	X
<b>Madagascar</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Malau�</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Mali</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Marrocos</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Maurit�nia</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Mo�ambique</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Nam�bia</b>	X	X	X	X	X	X
<b>N�ger</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Nigéria</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Quênia</b>	X	X	X	X	X	X
<b>República Centro Africana</b>	X	X	X	X	X	X
<b>República Democrática do Congo</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Ruanda</b>	X	X	X	X	X	X
<b>S�o Tomé e Príncipe</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Senegal</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Serra Leoa</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Seychelles</b>	X	X	X	-	X	X
<b>Som�lia</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Suazil�ndia</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Sudão</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Sudão do Sul</b>	-	-	-	-	X	X
<b>Tanzânia</b>	X	X	X	X	X	X

<b>Togo</b>	x	x	x	x	x	x
<b>Tunísia</b>	x	x	x	x	x	x
<b>Uganda</b>	x	x	x	x	x	x
<b>Zâmbia</b>	x	x	x	x	x	x
<b>Zimbábue</b>	x	x	x	x	x	x

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados obtidos em: [www.who.int](http://www.who.int)

A tabela 2 ilustra a participação dos países africanos nas assembleias da OMS, onde o comparecimento de um país foi registrado por um X e o não comparecimento sendo registrado por um -.

Em relação à participação africana nas assembleias da OMS, percebe-se um ciclo de altos e baixos no comparecimento africano nesses encontros no período de 2008 a 2014, em vista principalmente de uma redução geral de países participantes nas assembleias dos anos de 2009 a 2011.

No ano de 2008, com a representação de todos os países africanos, 53, o número percentual africano na assembleia foi de 35,85%, com o número total de participantes sendo de 190. O ano de 2009 manteve os mesmos números, tanto na participação africana, quanto do total de países participantes da assembleia.

Em 2010 se percebe uma pequena redução na participação africana, na época contando com todos os países africanos na assembleia. Entretanto, com um número de participantes geral de 187, o que gera um número de 35,28% de participação africana nesta assembleia.

O ano de 2011 trouxe um número reduzido na assembleia, tanto da África, contando com a representação de 51 países, quanto do restante do mundo que nesse ano contou com 184 países participantes, com a participação africana fechando em 36,07% naquele ano.

Apesar de em 2012 ter ocorrido a independência do Sudão do Sul, este ano contou com uma participação africana de 53 países, de um total geral de 185, sendo 35% dos participantes vindos do continente africano. Já em 2013, a participação africana foi massiva, com todos os países do continente representados, 54 países, de um total 186 países no total, com um resultado percentual de 34% de participantes africanos na assembleia.

No corrente ano de 2014, a participação africana mais uma vez dá um salto, passando de 34% registrados em 2013, para 36%, com a participação de 52 países africanos no total de 192 países do mundo sendo representados este ano na assembleia da OMS.

Com relação aos números a participação africana pode ser considerada satisfatória, apesar de pouca participação em 2012 e 2013, levando a cara do continente africano para mais um fórum de debate internacional e que contou, entre alguns anos, com o discurso de várias personalidades africanas no período analisado.

Dentre elas destacam-se os discursos do arcebispo sul-africano Desmond Tutu em 2008, da presidente da Libéria Ellen Johnson Sirleaf, em 2010, da princesa marroquina Lalla Salma, e em 2012, da 1ª Dama de Zâmbia Christine Kaseba-Sata no ano de 2014; todos esses discursos mostrando um fortalecimento da saúde em seus países.

No entanto o discurso mais importante para a África, em particular a UA, foi o realizado em 2013 pela Presidente da Comissão da União Africana, Nkosazana Dlamini Zuma, onde entre outros assuntos foram abordadas as metas para os próximos 50 anos da integração da África, vide que em 2013 foram comemorados os 50 anos de criação da OUA.

As prioridades mencionadas pela presidente são:

- *Prioritizing agriculture, food and nutrition security.[...];*
- *Developing energy infrastructure in itself is a driver for development [...];*
- *Infrastructure [...];*
- *Using our mineral resources for the benefit of our people and using them for transforming our economies, value adding and industrialization [...];*
- *Intra-Africa trade [...] Africa has the potential to trade within itself;*
- *Industrialization [...];”*

Percebe-se pela fala da presidente Dlamini Zuma, que a integração é uma pauta bastante diversificada e com vários desafios a serem enfrentados. Entretanto, com 50 anos da criação da OUA, ainda é evidente a falta de sincronia da UA com os países africanos, de forma a criar um bloco estável, sólido e com estruturas respeitadas no mundo.

Com relação à atuação direta da UA para a inserção dos países africanos na OMS, percebe-se uma não atuação, visto uma atuação ainda falha no sentido de congregar os interesses do continente e transformá-los em uma fala una e satisfatória para os seus membros.

Observa-se, no entanto, a atuação de vários países africanos em todas as assembleias das OMS, na presidência ou vice-presidência dos comitês de trabalho, que ocorrem simultaneamente com os encontros da assembleia. Ou seja, mesmo sem a influência direta da UA, a participação dos países africanos ainda é presente nesses comitês, não de forma a gerar decisões que beneficiem a África diretamente, mas de maneira a propor soluções e debater

problemas que afetam a saúde do mundo todo, como as epidemias da gripe H1N1 ou do vírus ebola.

### 3.4.3 Participação africana na ONU

Internacionalmente se tem a visão da ONU como uma organização internacional que visa regular e manter a paz entre os Estados da comunidade internacional. No entanto, muito mais e atuando como uma facilitadora para a manutenção da paz, a ONU trabalha com diversos projetos e agências especializadas que atuam desde o âmbito social até o econômico.

Dessa feita, é vital que se aborde de que forma a UA proporciona, ou não, uma maior influência do continente africano e seus países nos fóruns realizados pela ONU. Para nossa análise da ONU, utilizou-se de documentos referentes a fóruns e encontros promovidos por essa organização no período de 2004 a 2012.

Apesar de toda a mediatização da ONU como um fórum, onde os países congregam para a tomada de decisões para o futuro do planeta, isso não pode ser afirmado da posição que o continente africano é visualizado nos documentos oficiais divulgados no período analisado.

Percebe-se na grande maioria de todos eles o papel secundário que a África apresenta no cenário internacional, bem como a grande dificuldade de recuperação do continente de todos os problemas e infelicidades que o mesmo apresenta, como a desertificação em partes de suas terras e a volume ínfimo de comércio realizado com os países do continente.

Entretanto, em 2005, quando da realização da Assembléia Geral da ONU, o relatório do Secretário Geral aponta um vislumbre da resolução dos problemas da África, através da implantação e *empowerment* da UA, como organização regional que merece o apoio da comunidade internacional, assim aumentando a sua influência internacional do continente africano.

Assim, a influência que a UA pode exercer para o continente africano foi identificada naquela época como um benefício para o continente, sem contar nas instituições que a mesma traria para aumentar a sua participação no continente, como o Banco Africano de Desenvolvimento e o Parlamento Pan-Africano.

Outro ponto bastante comentado nesse documento é a inauguração da *New Partnership for African Development* (NEPAD), a qual propunha um plano de ação para o implemento de ações que levassem a uma integração ampliada dos Estados Membros da UA, nos campos da integração, como economia, política, cultura, etc.

Esse reconhecimento foi, no entanto, sendo esquecido com o passar dos anos, após esse documento nenhum outro foi encontrado mostrando a relevância da UA como um mecanismo de alavanca para a África no sistema internacional.

Entretanto, de forma individual, todos os países do continente buscam até hoje o seu espaço nos fóruns da ONU, ou de outras organizações internacionais como aqui já mencionadas. Um dos grandes exemplos são as Ilhas Maurício, que apesar de ser um dos menores Estados do continente, realiza também no ano de 2005, a reunião que se propunha a revisar um programa de ação de desenvolvimento sustentável para micro-Estados em desenvolvimento.

Ou seja, a inserção internacional africana, mais uma vez, se dá pelos esforços dos governantes em proporem ações, ou a realizações de reuniões, para que o seu país e o continente sejam vistos como espaços de debates relevantes internacionalmente.

Assim, se tornam necessários esforços mais perceptíveis da UA, com foco de dinamizar a visibilidade do continente, gerando também uma maior aproximação de parceiros internacionais para um maior apoio e intercâmbio de práticas em relação a uma maior eficácia do processo de integração regional.

#### **3.4.4 Banco Mundial e a participação do continente africano**

Apesar de todas as características de um banco, com empréstimos, pagamentos e investimentos, a participação do Banco Mundial (BM) se dá através da avaliação e da prestação de projetos, no nosso caso na África, de modo a buscar o desenvolvimento da região onde as suas atividades serão ou são desenvolvidas.

No caso do continente africano, a participação dos países africanos nos documentos obtidos na base de dados do banco é praticamente nula, se resumindo à análise de possíveis investimentos e possibilidades de programas de desenvolvimento a serem realizados no continente.

Mesmo o sentido de continente não é considerado nos documentos, já que, mais uma vez é feita a divisão continental entre África do Norte e África subsaariana, sendo a África do Norte colocada em um grupo juntamente com países do Oriente Médio, aumentando ainda mais o fosso da não integração total no continente.

Semelhante à análise feita em outras organizações, o papel de influência da UA é nulo no que se trata de uma visualização de um esforço de integração regional, e nesse caso

continental, mais uma vez com a falha das suas instituições, não apenas no posicionamento para a África, mas também na visão internacional que uma atuação nesse sentido poderia alcançar.

Percebe-se, no entanto, a participação e a divulgação de iniciativas de vários países africanos, como África do Sul, Nigéria, Angola, Moçambique, entre outros, na consecução de projetos e de receptores de capital financeiro internacional para a realização e manutenção de projetos em seus países.

Outra prova da interação desses países com o BM é a publicação anual, de um relatório do African Group I Constituency, o qual aborda a atuação do BM e o approach do mesmo na ajuda da resolução de contendas envolvendo assuntos como: fome, gerenciamento de crises, entre outras.

Apesar desse panorama o banco trabalha no continente africano, em especial na região subsaariana, com a ênfase de desenvolvimento da região através de uma maior competitividade no âmbito nacional e regional, levando a um maior número de empregos e o desenvolvimento das capacidades produtivas dos países africanos de forma geral.

Concluindo, apesar de toda a ajuda do BM ser aceita por todos os países solicitantes, e receberem o aval para tal, ainda se percebe essa atuação como uma forma de manter sólidos os interesses dos países desenvolvidos, de forma a manter uma dominação soft através de empréstimos para a manutenção de um mínimo desenvolvimento entre os países do continente.

### 3.5 AVALIAÇÕES DA UA COMO ENTE DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DA ÁFRICA

Apesar de manter uma estrutura que pode garantir a UA o papel de maior ente de integração regional, o seu papel ainda é indefinido e mínimo na conjuntura do cenário internacional, levando-se em conta a quantidade de fóruns anuais existentes e a sua baixa participação como um bloco com voz para todo o continente africano.

Em um mundo onde os interesses priorizados são os de países que detenham influência na cena internacional, e certo nível de desenvolvimento avançado, a África ainda caminha a passos lentos para alcançar esse patamar.

É salutar, contudo, pontuar que a eleição de Nkosazana Dlamini Zuma, ex-ministra da saúde sul-africana, pode elevar muito mais a influência internacional que a UA pode obter

para o continente africano, tendo em vista a presença da África do Sul em diversos fóruns de debate e também de blocos econômicos, como os BRIC'S<sup>10</sup>, demonstrando o seu papel como agente de mudança no cenário internacional.

Outro ponto a ser colocado é a não existência, pelo menos não oficial, de um líder que tome as rédeas e espalhe o sentido e o significado da integração para todos os países africanos.

Apesar da criação da extinta OUA pela Etiópia ou do início das conversas da UA pela Líbia, atualmente esses dois países estariam longe de serem considerados para o posto de líder da integração africana. Faz-se necessário um líder que possa lidar com as dificuldades de um continente tão variado e ao mesmo tempo tão igual nas suas aspirações de desenvolvimento.

---

<sup>10</sup>Sigla que designa o bloco econômico formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que em 2001, pontuou o então BRIC, sem a presença da África do Sul adicionada posteriormente ao grupo, como o conjunto de países que iriam futuramente ditar os rumos da economia internacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o fato de que o processo de integração na África já se arrasta há 51 anos, e que as instituições das organizações geradas nesse ímpeto integracionista ainda não estão totalmente adaptadas à realidade desse continente formado por povos tão distintos entre si, pode se considerar que a integração não alcança o seu potencial completo, especialmente na transição da OUA para UA.

No entanto, a mudança também foi sadia para que se trouxesse uma nova sobrevida ao processo de integração africano, que por vezes se tornou desacreditado ou praticamente nulo para o continente. Outro aspecto importante a ser considerado é a influência que a UA vem construindo nos fóruns internacionais para a África.

O amadurecimento da África também é fundamental na análise discutida sobre a influência da UA na vida internacional do continente africano, já que, em termos de comércio e implementação de instituições democráticas se mostram facetas que tornam a tarefa difícil a tarefa de uma organização regional.

Especialmente no campo da implementação da democracia, após o fim do *apartheid* na África do Sul, se percebe um aumento sistemático de pleitos eleitorais por todo o continente africano, especialmente elevado se levando em conta os acontecimentos da Primavera Árabe na África do Norte em países como Tunísia e Egito que tiveram repercussão não apenas regional mas global.

É através de movimentos para a implementação de democracia que toda a história do continente vem sendo desenhada ao longo dos últimos anos do século XX e dos anos iniciais do século XXI, onde são observados o crescimento de movimentos pró-libertação do jugo colonial que era impetrado pelas metrópoles européias.

Entretanto, a forma como foram alcançadas as independências na África diferiram entre as suas regiões, especialmente pelas metrópoles que mantinham a gerência em determinada região, onde o papel das elites coloniais era muito grande no sentido de diminuir os movimentos do crescente nacionalismo de movimentos como o pan-africanismo e a negritude, que celebravam uma África livre para os povos que nela habitavam, sem a regulação de um governo estrangeiro sobre a vida de seus habitantes.

Um dos grandes exemplos de como a dominação das metrópoles incidiu em uma luta sangrenta pela independência pode ser ilustrada pela guerra de libertação de Angola, onde apenas mais de 20 anos após o início dos combates pôde se declarar uma região livre, apesar

de todas as seqüelas deixadas por anos de exploração portuguesa e as baixas da guerra para a sua libertação.

No que tange ao comércio, a posição da África, internacionalmente, ainda não é muito perceptível, tendo em vista a manutenção dos termos de troca entre o continente rico em matéria-prima e mercado consumidor com países que apresentam um alto grau de inovação tecnológica, e assim importam as potencialidades africanas com a “prerrogativa” certa de uma enxurrada de manufaturas e o lucro máximo com a venda das mesmas.

Porém, exemplos de sucesso surgem nessa estrada de incertezas do comércio internacional para a África, onde países como Nigéria, Angola e em especial a África do Sul vem se modernizando cada dia mais com vistas a uma elevação no grau de investimentos e atração de fluxos de comércio para os seus espaços, e não apenas como meros revendedores de produtos com baixo valor agregado, mas de manufaturas que tragam lucros consideráveis para suas receitas nacionais e que gerem uma dinamização na esfera comercial para o continente africano.

É nesse ponto que a integração regional se torna crucial para o futuro do continente, onde ainda existe uma grande ajuda internacional, servindo de modo a minimizar os efeitos de determinado problema, entretanto, servindo também como moeda de troca em favor do doador da ajuda, em votações de fóruns internacionais a favor de causas defendidas pelo mesmo.

Assim, o abismo existente entre o desenvolvimento dos países desenvolvidos e do subdesenvolvimento vivenciado pela maioria dos países africanos se torna cada vez maior, sem perspectivas de mudança. Nesse ínterim, a posição das organizações regionais é crucial para que esse quadro seja modificado e ocorra uma posição de maior alcance do continente internacionalmente e na própria África.

A OUA surgiu com objetivo de extinguir o colonialismo da África e tornar a mesma uma terra próspera para os seus habitantes, bem como para os africanos da diáspora que estavam dispersos pelo mundo. Com um início conturbado pela divergência do sentido que a integração proposta seria conduzida, em pouco tempo a organização ganhou um caráter marginal na resolução dos problemas que assolavam a África.

Outros desafios, fora os já conhecidos do continente, agora assolavam o mundo no início do século XXI, sendo o maior deles a globalização, com a dinamização das comunicações e, por conseguinte dos acontecimentos da vida internacional, com a ocorrência

cada vez maior de coberturas de eventos internacionais pelos profissionais da imprensa nacional de todo o mundo.

Assim, esse “novo” mundo pedia uma nova abordagem integracionista, com metas mais palpáveis e de alcance concreto no médio e curto prazo. É dessa maneira que surge a UA, no início do século XXI, com a missão de dinamizar a vida política e a economia africanas para que o continente pudesse ser inserido na vida internacional, bem como absorver todas as vantagens de tal acontecimento.

A criação de instituições como o Parlamento Pan-Africano, a Comissão da União Africana e a Assembléia da União Africana, demonstra o esforço gerado pelas lideranças africanas de forma a impulsionar e aprofundar a vida da integração regional na África.

A incorporação de temas como o respeito aos direitos humanos, combate à corrupção, combate ao tráfico internacional de drogas, fim da desigualdade entre gêneros, fazem parte do alargamento de temas que a UA e as suas instituições tem como missão aprimorar no continente, tendo para isso o auxílio de Comitês Técnicos funcionando para auxiliar na condução de políticas que visem o alcance dos temas mencionados.

Em decorrência do trabalho promovido pela UA no âmbito continental se imagina uma maior participação e influência da mesma para a inserção internacional da África nos assuntos que estão em debate no mundo, gerando uma nova percepção de África, desfazendo a imagem do afro-pessimismo do século XX e iniciando uma nova fase para o continente africano na cena internacional.

Entretanto como se ficou provado através da análise da participação africana e da UA em fóruns de determinadas organizações internacionais, a atuação da África gira em torno dos 30%, grau satisfatório mais ainda longe do desejado e do almejado por uma organização que prega o ressurgimento e empoderamento de um continente de forma total.

Essa baixa participação se dá também pela pouca funcionalidade e de certa maneira utilização das instituições democráticas que a UA dispõe para os seus membros, que serviriam para a construção de uma voz e diplomacia africana capaz de levar as percepções africanas para esses fóruns primordiais para a vida internacional.

Outra tese descoberta é a não articulação da UA entre os seus membros para que a organização represente a África de modo geral, já que, através da associação entre um grupo menor de países é mais satisfatório e com maior chance de sucesso a realização de um propósito que beneficie a esse grupo de países.

Entretanto essa é uma estratégia que pode enfraquecer a organização podendo vir a ser observada como um mero palanque para que os membros mostrem as suas propostas e resoluções conseguidas de forma individual, sem levar em consideração o aspecto maior da integração regional, que foi extremamente difícil de ser impetrada na África.

O fato de uma representação ínfima é também resultado de acordo informal entre os membros de elegerem sempre ao cargo de presidente da CUA, um diplomata, intelectual ou erudito que venha de um país com baixa representatividade internacional e mesmo continental, esta afirmação sendo corroborada pela manutenção de um diplomata do Gabão no comando do órgão por dois mandatos consecutivos no período de 2008 a 2012.

A falta de um líder que tome para si a tarefa de trazer estabilidade e proeminência para a organização é uma das falhas da organização, e mesmo do sentido da integração como é desenvolvida na África. Possíveis líderes surgem para esse papel como: Nigéria, Angola, Egito, mas nenhum deles parece tão predestinado a esse papel como a África do Sul.

Com um histórico de lutas pela independência e fim de um sistema de segregação no país, a África do Sul é um exemplo a ser seguido por todo o continente, onde um país dominado por um governo que promove a segregação entre os seus nacionais vence esse sistema e se torna o mais desenvolvido do continente e podendo se tornar uma potência que pode ser determinante para os rumos do mundo.

É necessária uma política de aproximação das “Áfricas” que existem no continente e que são bastante diversas entre si, não apenas em termos de riqueza ou de espaço geográfico, como no aspecto cultural e religioso. Imperativo se torna antes de tudo transformar e acelerar a integração entre esses espaços tão diferentes e ao mesmo tempo tão iguais entre si, para que dessa forma surja uma voz homogênea africana no cenário internacional.

Neste sentido também, as teorias que permeiam a vida da integração africana nos trazem um olhar de integração de uma África para todos os africanos, sem importar o lugar de nascença, mas sim a visão de uma identidade africana comum aos seus seres, como é o caso do pan-africanismo, que direcionou os primeiros passos da integração africana ainda na década de 1950.

O *African Renaissance* surge no século XXI como uma proposta de redescobrir o sentido da africanidade e a utilização desses preceitos na vida africana atual, incorporando-os na integração de forma a aproximar o conhecimento dos antepassados com os difundidos

atualmente e fundi-los para que a integração regional africana passe a imagem de uma África mais real no cenário internacional, sem esquecer sua ancestralidade.

A perspectiva pós-colonial traz a ideia de um embate ideológico entre o Norte, ainda dominante e o Sul, ainda submisso aos desígnios capitalistas do Norte, onde é buscada a difusão de uma África não apenas como o berço da civilização ou de tesouros inestimáveis e artesanato longo, mas sim de um continente que tem espaço e o pleiteia no cenário internacional, para que a sua posição seja escutada e levada em conta quando da formulação de políticas que afetem o mundo em sua totalidade.

Finalmente o papel da UA para a inserção internacional ainda é falho como mecanismo dinamizador da imagem da África como ator de peso relevante na cena internacional, em vista de todas as falhas relatadas anteriormente, mas principalmente pela falta de articulação da organização com seus membros para o cumprimento das metas estipuladas em seu Ato Constitutivo.

Como possível solução para essa falha da UA pode se colocar o papel das CER'S nos holofotes como entes auxiliares para dinamizarem não apenas o aspecto econômico da integração, mas a dinâmica política entre os seus membros, assim como entre os membros de outras comunidades econômicas regionais do continente, já que, os aspectos político e econômico devem andar de mãos dadas para o sucesso da integração, da mesma forma que, a articulação dos membros de todas as regiões do continente para o aumento da interdependência entre os mesmos e assim possa se elevar mais e mais a participação da UA no continente e como consequência no cenário internacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

United Nations Development Programme Regional Bureau for Africa. **Africa Human Development Report 2012: Towards a Food Secure Future**. New York, 2012.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

AU Echo. **Pan-Africanism and African Renaissance**. Addis Ababa: Directorate of Information and Communication of the African Union Commission, 2013.

BEN-ARI, Nirit. Inequality clouds growing economy: Angola needs to diversify its oil economy. vol. 28. n° 2. August 2014.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CHILDS, Peter & WILLIAMS, Patrick. **An introduction to post-colonial theory**. London; New York: Prentice Hall/Harvester Wheatsheaf, 1997.

Constitutive Act of the African Union. 2000.

INIKORI, J. E. A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. In: ALLAN, Bethwell. **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010.

KOUASSI, Rene N'Guettia. **The Itinerary of the African Integration Process: An Overview of the Historical Landmarks**. African Integration Review Volume 1, No. 2, July 2007.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Todos os negros são africanos? O Pan-Africanismo e suas ressonâncias no Brasil contemporâneo**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: Julho de 2011.

MALOWIST, M.. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África. In: ALLAN, Bethwell. **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010.

MBEKI, Moeletsi. 2000. **The African Renaissance**. Souls. Johannesburg.

United Nations Economic Commission for Africa (UNECA), the African Development Bank (AfDB), and the World Trade Organization (WTO). **Mobilizing Aid for Trade: Focus Africa African Development - Report and Recommendations**. Dar es Salaam. 2007

MORE, Mabogo P. **African Renaissance: The Politics of Return**. African Journal of Political Science. 2002

NKRUMAH, Kwane. **Africa Must Unite**. Nova York: Frederick A. Praeger Publisher, 1963.

OTÁVIO, Anselmo. **A África em transformação: a transição da Organização da Unidade Africana para União africana como resposta ao mundo Pós-guerra fria.** Anais do IV Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP e PUC/SP). Novembro de 2013.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SPIVAK, Gayatri. **Can the Subaltern Speak?.** 1997

**Trade Facilitation from an African Perspective.** United Nations Economic Commission for Africa. Ethiopia: Addis Ababa, 2013.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu. **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935.** Brasília: UNESCO, 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África Moderna: um continente em mudança (1960-2010).** Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.

\_\_\_\_\_. **Os países africanos: diversidade de um continente.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

\_\_\_\_\_. **História da África e dos africanos.** Petrópolis: Vozes, 2013.

World Health Organization. **Address by the Most Reverend Desmond Mpilo Tutu, Archbishop Emeritus Cape Town and Nobel Prize Laureate at the Sixty-first World Health Assembly.** 26 de maio de 2008.

\_\_\_\_\_. **Address by Mrs. Ellen Johnson Sirleaf President of the Republic of Liberia to the Sixty-third World Health Assembly.** 21 de maio de 2010.

\_\_\_\_\_. **Address by Her Royal Highness Princess Lalla Salma to the Sixty-fifth World Health Assembly.** 24 de maio de 2012.

\_\_\_\_\_. **Address by Her Excellency Dr. Nkosazana Dlamini Zuma, Chairperson of the African Union Commission, to the Sixty-sixth World Health Assembly.** 22 de maio de 2013.

\_\_\_\_\_. **Address by Her Excellency Dr. Christine Kaseba-Sata, First Lady of the Republic of Zambia to the Sixty-seventh World Health Assembly.** 24 de maio de 2014.

World Trade Organization. **Ministerial Conference: Fifth Session.** Cancún: 10 - 14 September 2003.

\_\_\_\_\_. **Ministerial Conference: Sixth Session.** Hong Kong: 13 - 18 December 2005.

\_\_\_\_\_ . **Ministerial Conference: Ninth Session.**Bali: 3-6 December  
2013.